SEBRAE

PREF. M. CD - TO
PROC. nº 72
FLS nº
Ass: 30

DECISÃO CDN Nº 1.033/2018

HOMOLOGAÇÃO DO ESTATUTO DO SEBRAE/TO.

O CONSELHO DELIBERATIVO NACIONAL DO SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE, no uso da competência conferida pelo art. 14, inciso XVI do Estatuto Social do SEBRAE, e em face da deliberação aprovada, por unanimidade, na 10ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de outubro de 2018,

D E C I D E:

1. **Homologar a adequação estatutária implementada pelo SEBRAE/TO, na conformidade do respectivo pedido, que fica fazendo parte integrante desta Decisão, independente de transcrição.**

2. **Esta Decisão entra em vigor nesta data.**

Brasília-DF, 25 de outubro de 2019.

ROBSON BRAGA DE ANDRADE
Presidente do Conselho Deliberativo Nacional

MOURÃO RASO E ARAÚJO FILHO ADVOGADOS - PINHEIRO

SEBRAE

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº
Assª: 31

ESTATUTO SOCIAL DO SEBRAE/TO

TÍTULO I

DOS FUNDAMENTOS DA ENTIDADE

CAPÍTULO I

DA DENOMINAÇÃO, CONSTITUIÇÃO, SEDE, FORO E DURAÇÃO

Art. 1°. Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Tocantins é uma entidade associativa de direito privado, sem fins lucrativos, instituída sob a forma de serviço social autônomo, regulada por este Estatuto, doravante designada simplificadamente neste instrumento como SEBRAE/TO.

Art. 2°. O SEBRAE/TO tem sede e foro no Estado do Tocantins.

Art. 3°. O prazo de duração do SEBRAE/TO é indeterminado.

CAPÍTULO II

DA ATUAÇÃO, FINALIDADES E CONDIÇÕES DE VINCULAÇÃO AO SISTEMA SEBRAE

Art. 4°. A atuação do SEBRAE/TO limita-se ao território do Estado do Tocantins.

Art. 5°. O SEBRAE/TO, no seu âmbito territorial de atuação, tem por objetivo fomentar o desenvolvimento sustentável, a competitividade e o aperfeiçoamento técnico das microempresas e das empresas de pequeno porte industriais, comerciais, agrícolas e de serviços, notadamente nos campos da economia, administração, finanças e legislação; da facilitação do acesso ao crédito; da capitalização e fortalecimento do mercado secundário de títulos de capitalização daquelas empresas; da ciência, tecnologia e meio ambiente; da capacitação gerencial e da assistência social, mediante a execução de ações condizentes:

I - com as políticas, diretrizes e prioridades de aplicação de recursos, atos, resoluções, programas e projetos aprovados pelo Conselho Deliberativo Nacional do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, órgão e entidade esses doravante designados simplificadamente neste instrumento

CRTDPJ-Palmas 19/10/2018 P53949A Pag. 6/23

Estatuto Social do SEBRAE/ 10
Homologado pelo CDN em 25/10/18

Gedeon Pitaluga Jr.
Advogado
OAB/TO 2116

PREF. M. CO - TO
PROC. nº 72
FLS nº 30
Ass:

como CDN e SEBRAE, respectivamente;

II - com as resoluções editadas pela Diretoria Executiva do SEBRAE; e;

III - com a legislação pertinente, aplicável ao Sistema SEBRAE.

§ 1º O SEBRAE/TO poderá eventualmente promover a venda de produtos e a prestação de serviços intrinsecamente ligados aos seus objetivos, desde que os resultados auferidos sejam aplicados na manutenção das atividades previstas neste Estatuto.

§ 2° Para fins deste Estatuto, considera-se Sistema SEBRAE o sistema composto por uma unidade nacional coordenadora – o SEBRAE – e por unidades operacionais vinculadas, localizadas em cada um dos Estados da Federação e no Distrito Federal, conforme definido no Estatuto do SEBRAE.

§ 3° A vinculação do SEBRAE/TO ao Sistema SEBRAE depende da homologação deste Estatuto pelo CDN.

Art. 6°. Relativamente a seus objetivos institucionais, forma e meios de atuação, estrutura básica de gestão, composição e competências dos órgãos que integram sua estrutura básica, eleição, reeleição ou destituição dos dirigentes, características dos mandatos, não remuneração dos membros dos órgãos colegiados, atendimento de quorum mínimo para determinadas deliberações, observância de disposições aprovadas pelo CDN sobre políticas, diretrizes e prioridades orçamentárias, controle finalístico das atividades, finanças, contabilidade, prestação de contas, licitação, pessoal e ao processo eleitoral, o SEBRAE/TO obriga-se a cumprir os princípios sistêmicos estabelecidos no Estatuto do SEBRAE.

Art. 7º. O SEBRAE/TO submete-se ao poder de correição do CDN.

CNDPJ-Palmas 19/10/2018 P539494 Pag. 7/23

TÍTULO II

DOS ASSOCIADOS

CAPÍTULO I

DOS ASSOCIADOS INSTITUIDORES

Estatuto Social do SEBRAE/ TO
Homologado pelo CDN em 25/10/18
Assessoria do CDN

Art. 8º. O SEBRAE/TO tem como associados ditos instituidores:

I. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE;
II. Federação do Comercio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do

Gedeon Pitaluga Jr.
Advogado
OAB/TO 2116

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 33

Tocantins – FECOMERCIO/TO;

III. Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Tocantins – FAET;
IV. Federação das Indústrias do Estado do Tocantins – FIETO;
V. Federação das Associações Comerciais e Industriais do Estado do Tocantins – FACIET;
VI. Federação das Associações das Micro e Pequenas Empresas do Estado do Tocantins (FAMPEC-TO);
VII. Banco da Amazônia S/A;
VIII. Caixa Econômica Federal;
IX. Banco do Brasil S/A;
X. Fundação Universidade Federal do Tocantins – UFT;
XI. Universidade Estadual do Tocantins – UNITINS;
XII. Governo do Estado do Tocantins, por meio da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura – SEDEM;
XIII. Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC);
XIV. Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI);
XV. Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR).

Art. 9º. Os associados:

I - não respondem isolada ou subsidiariamente pelas obrigações assumidas pelo SEBRAE/TO.

II - não são obrigados a contribuir com prestações periódicas para o custeio de suas atividades, nem são titulares de quota ou fração ideal de seu patrimônio;

III - tem o dever de observar este Estatuto e os regimentos internos do SEBRAE/TO.

TÍTULO III

CAPÍTULO I

DA ESTRUTURA BÁSICA

Art.10. A estrutura básica do SEBRAE/TO é composta pelos seguintes órgãos:

I - o Conselho Deliberativo Estadual, doravante designado simplificadamente por sua sigla CDE;

II - a Diretoria-Executiva;

III - o Conselho Fiscal.

CARTÓRIO-Palmas 19/10/2018 P53949A Pag. 8/23

Estatuto Social do SEBRAE/TO
Homologado pelo CDN em 25/10/18
Assessoria do CDN

Gedeon Pitaluga Jr.
Advogado
OAB/TO 2116

SEBRAE

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 34
Ass:

CAPÍTULO II

DO CONSELHO DELIBERATIVO ESTADUAL

Art.11. O CDE é o órgão colegiado de direção superior, que detém o poder originário e soberano no âmbito do SEBRAE/TO.

Art.12. O CDE é composto por 15 (quinze) conselheiros titulares e respectivos suplentes, pessoas físicas capazes civilmente, representantes de cada um dos associados instituidores do SEBRAE/TO, relacionados no art. 8º deste Estatuto.

§ 1° Os conselheiros titulares e respectivos suplentes serão indicados pelos associados instituidores, a quem representarão no CDE, e cumprirão mandato de dois (02) anos, sem remuneração, permitida a recondução, ressalvado o disposto no § 4º deste artigo.

§ 2° Os suplentes substituirão os conselheiros titulares em seus afastamentos e impedimentos temporários.

§ 3° Os conselheiros titulares e respectivos suplentes exercerão pessoalmente suas atribuições, não lhes sendo permitido se fazer representar por procuradores ou prepostos.

§ 4° Retirada a indicação, pelo associado instituidor representado, ou findo o prazo do mandato, cessa, de pleno direito, a participação no CDE do titular ou de seu respectivo suplente.

§ 5° Na hipótese prevista no parágrafo anterior, se o conselheiro destituído exercer cumulativamente a Presidência do CDE, far-se-á eleição extraordinária para imediato preenchimento do cargo, em reunião convocada especialmente para esse fim, para complementação do mandato, observado o prazo previsto no § 2º do art. 13 deste Estatuto.

§ 6º O Presidente do CDE, enquanto detiver a condição de conselheiro titular representante do associado instituidor que o indicou, terá um mandato de dois (02) anos consecutivos, sem remuneração, podendo ser reeleito uma única vez, por igual período.

§ 7º Havendo vacância do cargo de Presidente do CDE, ou impedimento definitivo de seu respectivo titular, reconhecido pelo órgão, far-se-á eleição extraordinária para preenchimento dito cargo, em reunião convocada especialmente para esse fim, para complementação do mandato, observado o prazo previsto no § 2º do art. 13 deste Estatuto.

§ 8º Nas hipóteses previstas nos §§ 5º e 7º deste artigo, enquanto não for realizada a eleição extraordinária e empossado o eleito, o Vice-Presidente, interinamente, assumirá a Presidência. Não havendo Vice-Presidente, a

CARTÓRIO-Palmas 19/10/2018 P53949A Pag. 9/23

Estatuto Social do SEBRAE/TO
Homologado pelo CDN em 25/10/18
Assessoria do CDN

Gedeon Pitaluga Jr.
Advogado
OAB/TO 2116

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 12
FLS nº
Ass: 35

Presidência será temporariamente exercida pelo conselheiro mais antigo ou, no caso de empate, pelo de maior idade.

Art.13. Compete ao CDE, sem prejuízo de outras atribuições previstas neste Estatuto e nos Regimentos Internos do SEBRAE/TO.

I - eleger, dentre os conselheiros titulares, com o voto concorde, no mínimo, de 8 (oito) conselheiros, o seu Presidente, em reunião especialmente convocada para esse fim;

II - eleger, com o voto concorde, no mínimo, de 8 (oito) conselheiros, o Diretor-Superintendente, os demais Diretores do SEBRAE/TO e os membros titulares do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, em reunião especialmente convocada para esse fim;

III - destituir *ad nutum* ou em decorrência da representação de que trata o § 7º deste artigo, com o voto concorde, no mínimo, de 11 (onze) conselheiros, em reunião especialmente convocada para este fim, o Diretor-Superintendente, qualquer dos demais Diretores ou qualquer dos membros do Conselho Fiscal, titular ou suplente;

IV - aprovar a discriminação das áreas de atuação setorial dos membros da Diretoria Executiva, salvo se esta matéria já estiver contida no Regimento Interno do SEBRAE/TO;

V - fixar a remuneração dos membros da Diretoria Executiva, que levará em conta a realidade regional e que não poderá exceder à paga pelo SEBRAE;

VI - elaborar e aprovar o Regimento Interno do próprio CDE;

VII - aprovar o Regimento Interno do Conselho Fiscal;

VIII - aprovar o Regimento Interno do SEBRAE/TO.

IX - decidir sobre as políticas, diretrizes e prioridades de aplicação e recursos, em consonância com as deliberações do CDN para o Sistema SEBRAE;

X - aprovar o Plano Plurianual e o Orçamento Anual, bem como as alterações que se fizerem necessárias, a serem encaminhados ao CDN para que este, após consolidação e inserção de tais peças nas propostas de Plano Plurianual e de Orçamento Anual do Sistema SEBRAE os aprove, observados o Direcionamento Estratégico e as Diretrizes Orçamentárias para Elaboração do Plano Plurianual e do Orçamento Anual definidos pelo CDN;

XI - aprovar a prestação de contas do SEBRAE/TO, que deverá estar instruída, no mínimo, com os elementos previstos no art. 31 deste Estatuto;

XII - designar os representantes do SEBRAE/TO em órgãos colegiados de instituições municipais, estaduais ou nacionais observadas a competência de

CRTDPJ-Palmas 19/10/2018 P53949A Pag. 10/23

Estatuto Social do SEBRAE/ TO
Homologado pelo CDN em 25/10/18
Assessoria do CDN

Gedeon Pitaluga Jr.
Advogado
OAB/TO 2116

SEBRAE

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 36
Ass:

que trata o art. 21, inciso VIII, deste Estatuto;

XIII - estabelecer, mediante resolução específica, regras sobre o processo de eleição de seu Presidente, do Diretor-Superintendente e demais Diretores e dos membros titulares do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, observadas as mesmas normas que a respeito o CDN tiver baixado;

XIV - aprovar a celebração de acordos, contratos ou convênios e seus respectivos aditivos com entidades internacionais ou estrangeiras;

XV - aprovar viagens ao exterior de representação, serviço ou estudo de conselheiros do próprio CDE, membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e convidados, assim como estabelecer normas a respeito dessas viagens, aplicáveis inclusive aos empregados e consultores externos do SEBRAE/TO;

XVI - aprovar o Sistema de Gestão de Pessoas, compreendendo o Quadro de Pessoal, o Plano de Cargos e Salários, os critérios de avaliação de desempenho e os benefícios do SEBRAE/TO, bem como aprovar os reajustamentos salariais;

XVII - aprovar as propostas de alienação ou de oneração de bens imóveis;

XVIII - decidir sobre a aceitação de doação com encargos;

XIX - decidir sobre a extinção da entidade e destinação de seus bens, com o voto concorde de, no mínimo, 13 (treze) conselheiros, em reunião convocada especialmente para esse fim;

XX - decidir sobre os pedidos de afastamento temporário dos membros da Diretoria Executiva, dispondo a respeito da concessão, ou não, de remuneração, quando se tratar de casos de suspensão do contrato de trabalho;

XXI - fiscalizar a execução das ações, projetos, programas e convênios, a cargo da Diretoria Executiva, propondo os ajustamentos necessários ao atendimento dos objetivos institucionais do SEBRAE, do SEBRAE/TO e das resoluções do CDN e da Diretoria-Executiva do SEBRAE;

XXII - deliberar sobre a alteração do presente Estatuto, com o voto concorde de, no mínimo, 11 (onze) conselheiros, em reunião convocada especialmente para esse fim;

XXIII - apresentar ao CDN proposições fundamentadas, relacionadas com a integridade, eficácia e ampliação das ações do Sistema SEBRAE;

XXIV - interpretar o presente Estatuto e decidir sobre os casos omissos, com o voto concorde de, no mínimo, 8 (oito) conselheiros.

§1º O CDE reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e

CERTIDPJ-Palmas 19/10/2018 P53949A Pag. 11/23

Estatuto Social do SEBRAE/TO
Homologado pelo CDN em 25/10/18
Assessoria do CDN

Gedeon Pitaluga Jr.
Advogado
OAB/TO 2116

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 37
Ass:

extraordinariamente, sempre que necessário, por iniciativa de seu Presidente ou de quatro (04) conselheiros.

§2º As convocações do CDE serão efetuadas por via postal, fax ou por meios eletrônicos, desde que seja possível confirmar a recepção do instrumento de convocação, com antecedência mínima de sete (07) dias, sendo que, nos casos de eleição de seu Presidente, dos membros da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal, este prazo será de, no mínimo, quinze (15) dias.

§3º As reuniões do CDE serão realizadas com a presença de, no mínimo, 8 (oito) conselheiros.

§4º As deliberações do CDE serão tomadas pela maioria simples dos conselheiros presentes, salvo quando este Estatuto exigir quorum qualificado.

§5° O Presidente eleito do CDE, além do voto normal, terá, no caso de empate nas deliberações, voto de qualidade, salvo naquelas em que este Estatuto exigir quorum qualificado.

§6º Além dos requisitos gerais que tenham sido estabelecidos neste Estatuto, o CDE poderá exigir que os candidatos aos cargos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal comprovem previamente sua experiência técnica e idoneidade moral, mediante a apresentação das informações, certidões e/ou documentos que especificar.

§7° Tendo ciência da prática de atos de improbidade administrativa ou de malversação de recursos da entidade; ou de incapacidade civil; ou de manifesta incompetência gerencial; ou de clara insubordinação às deliberações expressas do CDE ou de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, corrupção ativa ou passiva, concussão ou peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação, relativamente aos membros da Diretoria Executiva ou do Conselho Fiscal, qualquer dos conselheiros poderá representar perante o colegiado, solicitando ao seu Presidente a convocação de reunião, nos termos do inciso III deste artigo, para apreciação da procedência da representação e, se for o caso, para destituição do responsável ou responsáveis.

§8º As deliberações do CDE serão fundamentadas, podendo seu Presidente, ou qualquer conselheiro, solicitar prévia manifestação, escrita ou oral, da Diretoria Executiva, de técnicos do SEBRAE/TO, de órgãos de assessoramento ou de consultores externos do órgão a respeito da matéria em discussão.

§9º O CDE não poderá apreciar propostas a ele submetidas se as mesmas não contiverem os elementos necessários à deliberação, inclusive, se for o caso, a estimativa dos recursos envolvidos.

§10 Nas hipóteses previstas no § 7° deste artigo, assegurar-se-á o direito de

CRTDPJ-Palmas 19/10/2018 P53949A Pag. 12/23

Estatuto Social do SEBRAE/ 10
Homologado pelo CDN em 25/10/18
Assessoria do CDN

Gedeon Pitaluga Jr.
Advogado
OAB/TO 2116

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 38

defesa perante o próprio CDE, em instância única, mediante procedimento próprio, disciplinado pelo órgão, adotando-se como paradigma o que dispuser o Regimento Interno do CDN.

§11 No caso de extinção do SEBRAE/TO, os seus bens serão destinados à entidade sem fins econômicos ou lucrativos, que se dedique a atividades semelhantes e que atenda as condições legais para gozo de imunidade tributária ou, na falta desta, à União.

§12 As licitações promovidas e os contratos firmados pelo SEBRAE/TO reger-se-ão pelo Regulamento de Licitações e de Contratos do Sistema SEBRAE, aprovado pelo CDN.

§13 A auditoria interna do SEBRAE/TO deverá encaminhar ao Presidente do CDE cópia do inteiro teor de seus relatórios de inspeção e pareceres.

§14 As deliberações do CDE terão natureza assemblear e serão registradas em ata, podendo esta ser lavrada sob a forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo apenas a transcrição das deliberações tomadas, desde que os documentos, os votos, propostas ou protestos escritos sejam também arquivados na Secretaria do CDE.

§ 15 O CDE disporá de assessoria ou consultaria especializada, que prestará assistência ao Presidente e demais conselheiros no exame de questões jurídicas, contábeis, administrativas, financeiras ou econômicas sobre as quais o órgão deva se manifestar.

§ 16 As deliberações do CDE poderão ser objeto de Resolução, subscrita por seu Presidente.

CRTDPJ-Palmas 19/10/2018 P53949A Pag. 13/23

CAPÍTULO II

DO CONSELHO FISCAL

Art.14. O Conselho Fiscal é o órgão de assessoramento do CDE para assuntos de gestão contábil, patrimonial e financeira.

§ 1° O Conselho Fiscal compõe-se de três (03) membros efetivos e três (03) suplentes, eleitos pelo CDE dentre pessoas físicas capazes civilmente, diplomadas em curso de nível universitário, residentes no País, indicadas pelas entidades instituidoras do SEBRAE/TO, para exercício de um mandato de dois (02) anos consecutivos, sem remuneração, permitida a recondução.

§ 2° Os membros do Conselho Fiscal são demissíveis *ad nutum* ou em face de representação, na forma prevista no inciso III do art. 13 deste Estatuto.

§ 3° Não pode participar do Conselho Fiscal empregado do SEBRAE/TO; pessoa que tenha assento em outros colegiados da entidade; que seja indicada pelo associado instituidor que detenha a Presidência do CDE ou que seja

Estatuto Social do SEBRAE/TO
Homologado pelo CDN em 25/10/18
Assessoria do CDN

Gedeon Pitaluga Jr.
Advogado
OAB/TO 2116

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 39
Ass:

cônjuge dos seus dirigentes ou parente destes até o terceiro grau.

Art.15. Compete ao Conselho Fiscal:

I - eleger o seu Presidente;

II - elaborar proposta de seu Regimento Interno e submetê-la ao CDE;

III - examinar e emitir parecer sobre as demonstrações financeiras e prestações de contas anuais do SEBRAE/TO;

IV - emitir pareceres sobre balancetes de verificação ou realizar exames específicos, sempre que o CDE solicitar;

V - emitir parecer, quando solicitado pelo CDE, sobre a alienação ou oneração de bens imóveis.

VI - acompanhar a implementação, se for o caso, de medidas relacionadas com as recomendações da empresa de auditoria independente que presta serviços ao Sistema SEBRAE e de órgãos de controle externo.

§ 1º O Conselho Fiscal reunir-se-á, ordinariamente, a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do CDE.

§ 2º O Conselho Fiscal, a depender de solicitação sua, será subsidiado:

I - pelas áreas de contabilidade e de auditoria do SEBRAE/TO no acompanhamento de questões inerentes ao controle externo;

II - pela empresa de auditoria independente que presta serviços ao Sistema SEBRAE.

CAPÍTULO IV

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art.16. A Diretoria Executiva, órgão colegiado de natureza executiva, é responsável pela gestão administrativa e técnica do SEBRAE/TO.

Art.17. Compete à Diretoria Executiva, sem prejuízo de outras atribuições cometidas por este Estatuto:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, o Plano Plurianual, as regras estabelecidas nas Diretrizes para Elaboração do Plano Plurianual e do Orçamento Anual do Sistema SEBRAE, bem como as políticas, diretrizes e prioridades aprovadas regionalmente pelo CDE, assim como as resoluções do CDN e da Diretoria Executiva do SEBRAE, estas últimas no que sejam aplicáveis ao SEBRAE/TO;

CARTÓRIO-Palmas 19/10/2018 P539494 Pag. 14/23

Estatuto Social do SEBRAE/ 10
Homologado pelo CDN em 25/10/18
Assessoria do CDN

Gedeon Pitaluga Jr.
Advogado
OAB/TO 2116

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº
Assª: 40

II - promover a articulação interinstitucional e definir padrões para as ações de atendimento às microempresas e empresas de pequeno porte;

III - elaborar a proposta de Regimento Interno do SEBRAE/TO e submetê-la à aprovação do CDE;

IV - expedir e cumprir as respectivas normas internas de funcionamento e operação, consoante o disposto neste Estatuto e do que dispuser o Regimento Interno do SEBRAE/TO;

V - elaborar e submeter à aprovação do CDE propostas de Plano Plurianual e de Orçamento Anual, e respectivas alterações;

VI - elaborar e submeter à aprovação do CDE os relatórios de acompanhamento e avaliação semestrais, relativamente aos instrumentos de ação administrativa previstos no inciso I deste artigo;

VII - executar o Orçamento do SEBRAE/TO.

VIII - aprovar os planos de trabalho e orçamentos das áreas de supervisão de cada uma das diretorias;

IX - buscar a captação de recursos de fontes não previstas expressamente neste Estatuto, a fim de ampliar as ações do SEBRAE/TO;

X - submeter à aprovação do CDE a realização de viagens ao exterior de serviço, estudo ou representação, de diretores ou convidados;

XI - elaborar proposta do Sistema de Gestão de Pessoas, compreendendo o Quadro de Pessoal, o Plano de Cargos e Salários, os critérios de avaliação e desempenho e os benefícios do SEBRAE/TO, submetendo a matéria ao CDE;

XII - manifestar-se, quando solicitada, sobre questões da competência do CDE;
XIII - comunicar ao CDE a ocorrência de irregularidades no SEBRAE/TO;

XIV - executar atribuições conexas e correlatas que lhe forem confiadas pelo CDE.

Art.18. A Diretoria Executiva do SEBRAE será composta por um (01) Diretor-Superintendente e por dois (02) Diretores, eleitos pelo CDE para um mandato de dois (02) anos consecutivos, demissíveis *ad nutum* ou em face de representação, de acordo com o inciso III do art. 13 deste Estatuto, conforme o caso, permitida a recondução.

§ 1° Ocorrendo vacância em qualquer dos cargos da Diretoria Executiva, o CDE escolherá o substituto que completará o mandato.

§ 2° Nos casos de afastamento temporário, os membros da Diretoria Executiva substituir-se-ão entre si, devendo ser informado a respeito o Presidente do

CRTDPJ-Palmas 19/10/2018 F539496 Pag. 15/23

Estatuto Social do SEBRAE/ 10
Homologado pelo CDN em 25/10/18
Assessoria do CDN

Gedeon Pitaluga Jr.
Advogado
OAB/TO 2116

SEBRAE

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 41
Ass:

CDE quando se tratar da substituição do Diretor- Superintendente.

Art.19. O Regimento Interno do SEBRAE definirá as áreas sujeitas à coordenação e supervisão do Diretor-Superintendente e dos demais Diretores.

Art.20. A Diretoria Executiva reunir-se-á ordinariamente duas vezes por mês e, em caráter extraordinário, sempre que convocada pelo Diretor-Superintendente.

§ 1º - As decisões serão tomadas por maioria simples.

§ 2º - Excepcionalmente, as reuniões poderão se realizar com a presença de apenas dois membros da Diretoria Executiva, sendo um deles o Diretor-Superintendente, ou quem o estiver substituindo temporariamente, hipótese em que as decisões serão tomadas por unanimidade.

§ 3º - As decisões da Diretoria Executiva serão registradas em ata, podendo esta ser lavrada sob a forma de sumário dos fatos ocorridos, inclusive dissidências e protestos, contendo apenas a transcrição das decisões tomadas, desde que os documentos, os votos, propostas e protestos escritos sejam igualmente arquivados.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

SEÇÃO I

DO PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO ESTADUAL

Art.21. Compete ao Presidente do CDE:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto e as decisões do CDE, baixando os atos e resoluções pertinentes;

II - convocar, preparar e presidir as reuniões do CDE e elaborar a pauta dos trabalhos do órgão;

III - representar o CDE perante a administração pública e a sociedade civil;

IV - receber dos conselheiros que integram o CDE, do Conselho Fiscal, da Diretoria Executiva e de outros órgãos os documentos e propostas passiveis de serem submetidos à apreciação do CDE;

V - designar, dentre os demais conselheiros titulares do CDE, o Vice-Presidente do colegiado que, em seus impedimentos temporários e ausências, exercerá, de pleno direito, suas atribuições, ressalvada a prerrogativa de exercer o voto de qualidade, de que trata o § 5º do art. 13;

CRTDPJ-Palmas 19/10/2018 P53949A Pag. 16/23

Estatuto Social do SEBRAE/ TO
Homologado pelo CDN em 25/10/18
Assessoria do CDN

Gedeon Pitaluga Jr.
Advogado
OAB/TO 2116

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 48

VI - acompanhar, fiscalizar e orientar as ações a cargo da Diretoria Executiva, exigindo o cumprimento das deliberações do CDE;

VII - convocar os membros da Diretoria Executiva, técnicos, empregados ou assessores do SEBRAE/TO, consultores ou convidados a participar das reuniões do CDE, para acompanhar seus trabalhos, prestar contas, esclarecer questões, oferecer subsídios, realizar palestras ou apresentar propostas, sugestões, projetos ou pareceres;

VIII - indicar ao CDE, dentre os dirigentes, servidores ou conselheiros, os representantes do SEBRAE/TO nos órgãos colegiados de instituições municipais, estaduais ou nacionais observados o disposto no inciso XII do art. 13 deste Estatuto;

IX - autorizar a admissão de pessoal, respeitado o que dispuser o Quadro de Pessoal e o Plano de Cargos e Salários aprovados pelo CDE;

X - designar o Secretário das reuniões do CDE, dentre os empregados lotados na Presidência desse colegiado, e prover as funções de confiança da estrutura de seu gabinete;

XI - decidir, *ad referendum* do CDE, quando o recomende a urgência, sobre:

a) alterações do Orçamento Anual do SEBRAE/TO;

b) celebração de acordos, contratos ou convênios e seus respectivos aditivos com entidades internacionais ou estrangeiras;

c) pedidos de afastamento temporário dos membros da Diretoria Executiva, e sobre a concessão, ou não, de remuneração quando se tratar de suspensão do contrato de trabalho;

d) viagens ao exterior de representação, serviço ou estudo de conselheiros do CDE, membros da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal e convidados do SEBRAE/TO;

e) quaisquer outras situações emergenciais que recomendem decisão cautelar, desde que se trate de matéria relevante, relacionada com a integridade do Sistema SEBRAE e cujo retardamento possa ocasionar dano irreparável ou de difícil reparação.

§ 1º As decisões do Presidente do CDE previstas no inciso XI deste artigo serão obrigatoriamente submetidas à homologação do CDE na primeira reunião subseqüente às mesmas.

§ 2º Caso as decisões mencionadas no parágrafo anterior sejam revogadas ou alteradas pelo CDE, o que somente poderá ocorrer mediante o voto concorde, no mínimo, de 8 (oito) conselheiros, cabe ao colegiado regular as relações jurídicas delas decorrentes.

CRTDPJ-Palmas 19/10/2018 P53949A Pag. 17/23

Estatuto Social do SEBRAE/ 10
Homologado pelo CDN em 25/10/18
Assessoria do CDN

Gedeon Pitaluga Jr.
Advogado
OAB/TO 2116

SEBRAE

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 43
Assin:

SEÇÃO II

DO DIRETOR-SUPERINTENDENTE

Art.22. Compete ao Diretor-Superintendente:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, as políticas, diretrizes e prioridades emanadas do CDN e do CDE, as decisões de seus Presidentes, além das resoluções e decisões do CDN, as resoluções do CDE, da Diretoria Executiva do SEBRAE e do próprio SEBRAE/TO, nos termos do art. 17 deste Estatuto;

II - convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;

III - baixar os atos e resoluções aprovados pela Diretoria Executiva;

IV - coordenar as ações operacionais desenvolvidas nas áreas de atuação setorial dos demais Diretores;

V - decidir sobre a demissão e demais atos de movimentação de pessoal, bem como processar a admissão, neste caso observados art. 13, inciso XVI, e o art. 21, inciso IX, deste Estatuto;

VI - prover as funções de confiança previstas na estrutura operacional do SEBRAE/TO, observado o disposto nos incisos IX e X do art. 21 deste Estatuto;

VII - supervisionar e coordenar, em conjunto com os demais Diretores, a elaboração das propostas que devam ser submetidas ao CDE, em especial as previstas nos incisos VIII, X, XI, XVI e XVII do art. 13 deste Estatuto;

VIII - representar o SEBRAE/TO, ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele, ressalvados os casos em que o Estatuto exija a assinatura de outro Diretor;

IX - assinar, em conjunto com outro Diretor, convênios, contratos, ajustes, cheques, títulos de crédito e quaisquer instrumentos que importem na realização de despesa, na captação de receita, na prestação de garantia ou na compra, alienação ou oneração de bens e direitos.

Parágrafo único. Excepcionalmente, com base em decisão colegiada da Diretoria Executiva, o Diretor-Superintendente poderá delegar suas atribuições a outros Diretores ou a ocupantes de funções de confiança, sem prejuízo de sua responsabilidade.

CRTDPJ-Palmas 19/10/2018 P53949A Pag. 18/23

Estatuto Social do SEBRAE/ TO
Homologado pelo CDN em 25/10/18
Assessoria do CDN

Gedeon Pitaluga Jr.
Advogado
OAB/TO 2116

PREF. M. CB - TO
72
44

SEÇÃO III

DOS DIRETORES

Art.23. Compete aos Diretores:

I - cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto, as políticas, diretrizes e prioridades emanadas do CDN e do CDE, as decisões de seus Presidentes, além das resoluções e decisões do CDN, as resoluções do CDE, da Diretoria Executiva do SEBRAE e do próprio SEBRAE/TO, nos termos do art. 17 deste Estatuto;

II - participar das reuniões da Diretoria Executiva, podendo solicitar ao Diretor-Superintendente que as convoque;

III - planejar, organizar, dirigir, coordenar, controlar e avaliar as ações das unidades funcionais sob sua supervisão;

IV - indicar ao Diretor-Superintendente as pessoas que exercerão as funções de confiança das unidades funcionais sob sua supervisão;

V - submeter à apreciação da Diretoria Executiva o seu plano anual de trabalho e correspondente orçamento, bem como suas eventuais alterações;

VI - apresentar à Diretoria Executiva o relatório de acompanhamento semestral das unidades funcionais sob sua supervisão;

VII - acompanhar a execução físico-financeira do Orçamento Anual do SEBRAE/TO.

VIII - assinar, em conjunto com o Diretor-Superintendente, convênios, contratos, ajustes, cheques, títulos de crédito e demais instrumentos que importem na realização de despesa, na captação de receitas, na prestação de garantias ou na compra, alienação ou oneração de bens e direitos;

IX - substituir o Diretor-Superintendente, nos casos de afastamento ou impedimento temporário, observado o disposto no art. 18, § 2°, deste Estatuto.

Parágrafo único. Excepcionalmente, com base em decisão colegiada da Diretoria Executiva, o Diretor poderá delegar suas atribuições a ocupantes de funções de confiança, sem prejuízo de sua responsabilidade.

CRTDPJ-Palmas 19/10/2018 P53949A Pag. 19/23

Estatuto Social do SEBRAE/TO
Homologado pelo CDN em 25/10/18
Assessoria do CDN

Gedeon Pitaluga Jr.
Advogado
OAB/TO 2116

SEBRAE

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº
Ass: 45

TÍTULO IV

DO PATRIMÔNIO, RENDIMENTOS E REGIME FINANCEIRO

CAPÍTULO I

DO PATRIMÔNIO

Art.24. Constituem patrimônio do SEBRAE/TO, além dos bens e direitos e eventualmente pertencentes ao extinto CEAG, os bens doados à entidade ou por ela adquiridos por força de suas atividades, bem como os resultados econômico-financeiros que venham a ser obtidos.

Art.25. O SEBRAE/TO goza de autonomia patrimonial, administrativa e financeira, inclusive em relação a seus associados.

Art.26. Os bens e direitos do SEBRAE/TO destinar-se-ão exclusivamente à consecução de seus objetivos, admitida a utilização de uns e outros para obtenção de rendimentos, que serão obrigatoriamente aplicados nas atividades e finalidades previstas neste Estatuto.

CAPÍTULO II

DOS RENDIMENTOS E DO REGIME FINANCEIRO

Art.27. Constituem rendimentos do SEBRAE/TO:

I - os valores que lhe sejam transferidos pelo SEBRAE, oriundos da arrecadação do adicional às alíquotas das contribuições sociais relativas às entidades de que trata o art. 10, do Decreto-Lei nº. 2.318, de 30 de dezembro de 1986, conforme estabelecido no art. 8°, § 3°, da Lei nº. 8.029, de 12 de abril de 1990, e alterações posteriores, e em outras fontes de receita;

II - as subvenções e auxílios financeiros;

III - o produto da prestação dos seus serviços;

IV - o produto da aplicação dos seus bens patrimoniais e financeiros;

V - as doações recebidas; e;

VI - outras rendas de origens diversas.

CRTDPJ-Palmas 19/10/2018 P53949A Pag. 20/23

Estatuto Social do SEBRAE/ TO
Homologado pelo CDN em 25/10/18
Assessoria do CDN

Gedeon Pitaluga Jr.
Advogado
OAB/TO 2116

PREF. M. CD - TO
PROC. nº 72
FLS nº
Ass: 46

Art.28. Os recursos do SEBRAE/TO, seja qual for sua natureza, independentemente da fonte, serão aplicados integralmente na manutenção de seus objetivos institucionais, vedada a distribuição de qualquer parcela de seu patrimônio, de suas rendas e de eventuais saldos, superávits ou resultados, a qualquer título.

Art.29. O exercício financeiro coincidirá com o ano civil.

Art.30. As propostas de Orçamento Anual e de Plano Plurianual deverão ser apresentadas pela Diretoria Executiva, ao CDE, dentro do prazo fixado pelo CDN nas Diretrizes para Elaboração do Plano Plurianual e do Orçamento Anual.

Art.31. A prestação de contas anual do SEBRAE/TO, elaborada pela Diretoria Executiva, será encaminhada ao CDE, para apreciação, até o último dia útil de fevereiro de cada ano, acompanhada de pareceres do Conselho Fiscal e da empresa de auditoria independente que presta serviços ao Sistema SEBRAE.

Parágrafo único. A prestação de contas prevista no caput deverá conter:

I - relatório de gestão estratégica;

II - relatório de gestão administrativa;

III - balanço patrimonial;

IV - demonstração do resultado do exercício;

V - demonstrativos da execução orçamentária;

VI - demais peças exigidas pelo Tribunal de Contas da União.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS, TRANSITÓRIAS E FINAIS

Art.32. O Presidente e os demais membros do CDE, os membros do Conselho Fiscal, o Diretor-Superintendente, os Diretores e os membros da administração superior do SEBRAE/TO não são responsáveis, isolada ou subsidiariamente, pelas obrigações assumidas pela entidade.

Art.33. O Presidente e os demais membros do CDE e os membros do Conselho Fiscal não serão remunerados.

Art.34. Para fins de ajustamento ao que deliberar o CDN, nos termos do art. 35 do Estatuto do SEBRAE, o presente Estatuto deverá ser alterado para possibilitar a inclusão no quadro de associados do SEBRAE/TO, com direito à participação no CDE, de três (03) entidades cujos estatutos prevejam como exclusivo objeto a representação das microempresas e empresas de pequeno

CRTDPJ-Palmas 19/10/2018 P53949A Pag. 21/23

Estatuto Social do SEBRAE/ TO
Homologado pelo CDN em 25/10/18
Assessoria do CDN

Gedeon Pitaluga Jr.
Advogado
OAB/TO 2116

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 47
Ass:

porte, com atuação no Estado do Tocantins, respectivamente nas seguintes áreas:

I - da indústria;

II - do comércio e serviços e;

III - da produção agrícola.

§ 1° Na hipótese de que trata este artigo, caso sejam admitidos os associados ali referidos, o quorum mínimo para realização da reunião e os diversos tipos de quorum qualificado de votação do CDE, conforme previsto neste Estatuto, serão adaptados ao número de membros daquele colegiado, mantidas as mesmas proporções estabelecidas neste Estatuto.

§ 2° A adaptação de que trata o parágrafo anterior poderá ser efetuada por Resolução do CDE.

§ 3° Caso se apure, em face da adaptação de que trata o § 1° deste artigo, números fracionados, a Resolução adotará os números inteiros imediatamente superiores àqueles.

Art.35. É vedado aos membros do CDE ocupar cargos na Diretoria Executiva e vice-versa.

§ 1° Não podem participar do CDE empregado do SEBRAE/TO, cônjuge ou parente até terceiro grau de seus membros ou de membros da Diretoria Executiva.

§ 2° Não podem participar da Diretoria Executiva cônjuge ou parente até terceiro grau de seus membros ou de membros do CDE.

§ 3° A vedação prevista no § 1° somente se aplica nos casos do empregado no exercício do cargo, emprego ou função no SEBRAE/TO, excluindo-se dessa vedação aqueles que, mesmo conservando o vínculo funcional, estejam prestando serviços a outros órgãos, com a concordância do SEBRAE/TO.

Art.36. A partir de 1° de janeiro de 2010, o Presidente do CDE, os membros deste colegiado e do Conselho Fiscal, assim como os membros da Diretoria Executiva, terão mandatos de 4 (quatro) anos, vedada a recondução do Presidente do CDE.

Parágrafo único. O dirigente eleito pelo CDE, no exercício de 2010, para cumprir o restante de mandato iniciado em ano anterior, não será beneficiado pelo disposto no caput deste artigo.

Art.37. O mandato de 4 (quatro) anos não se aplica ao Presidente do CDE, aos membros do Conselho Fiscal e aos membros da Diretoria Executiva, que tiverem sido eleitos ou reeleitos para o biênio 2009/2010, nem aos demais

CARTÓRIO-Palmas 19/10/2018 P53949A Pag. 22/23

Estatuto Social do SEBRAE/TO
Homologado pelo CDN em 25/10/18
Assessoria do CDN

Gedeon Pitaluga Jr.
Advogado
OAB/TO 2116

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 49

membros indicados pelos associados para integrar o CDE em data anterior a 1º de janeiro de 2010.

Art.38. A vedação de recondução, de que trata o art.36, não se aplica ao Presidente de CDE que tiver sido eleito para cumprir um primeiro mandato, no biênio 2009/2010.

Art.39. As disposições deste Estatuto, especialmente as previstas nos arts. 12 e 13, no que couberem, aplicar-se-ão aos detentores de mandatos de 4 (quatro) anos.

Art.40. Este Estatuto, após sua aprovação pelo CDE e averbação no cartório competente, deverá ser homologado pelo CDN.

Art.41. O presente Estatuto consolidado entra em vigor a partir de sua homologação pelo CDN, revogadas as disposições em contrário.

Palmas-Tocantins, 18 de outubro de 2018.

Pedro José Ferreira
Presidente do Conselho Deliberativo
Estadual do SEBRAE/TO

MOROMIZATO
Cartório e Tabelionato de Protesto
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E TABELIONATO DE PROTESTOS DE PALMAS - TO
TELEFAX (63) 3215-9900
SELO DIGITAL 127035AAA803156-IUO
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS - Livro A
Protocolado sob o nº 53949, averbado sob nº AV-234 e
registrado sob o nº 15 Dou fé. Palmas-TO 19/10/2018.
T.F.J. R$5.19 Emol R$43.42 FUNCIVIL R$10.39
Pap.Ext. R$0 Cond. R$0 Outros R$4.6
ISSQN R$2.17 Total R$65.77
Ferdinando do Couto Souza - Escrevente Autorizado
VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL
QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADO COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE
Geraldo A. Moromizato - Oficial/Tabelião

CRTDPJ-Palmas 19/10/2018 P539496 Pag. 23/23

Estatuto Social do SEBRAE/TO
Homologado pelo CDN em 25/10/18
Assessoria do CDN

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº
Ass: 50

CERTIDÃO

Eu, o Escrevente Autorizado do Cartório de Registro Civil de Pessoas Juridicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protestos da Comarca de Palmas-TO.

Certifico por dever de ofício, que consta averbado nesta Serventia às margens do registro nº **15,** da **SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO ESTADO DO TOCANTINS - SEBRAE/TO** em **PESSOAS JURÍDICAS**, no livro **A**, em **19/10/2018**, sob o protocolo nº **53.949 - A: AV-234,** o Edital de Convocação CDE/PRESI n° 10/2018, datado de 01/10/2018 e a Ata da 2ª Reunião Extraordinária, realizada no dia 18/10/2018. Escrito o que se tinha a tornar público a teor e para os fins do § 1º do art. 16, da Lei Federal nº 6.015 de 31/12/1973, lavrei o presente Termo, que assino, em público e fiel testemunho da verdade. Dou fé.

Palmas/TO, 22 de outubro de 2018.

Ferdinando do Couto Souza
Escrevente Autorizado

SELO: 127035AAA803156-IUO. Consulte autenticidade em www.tjto.jus.br.

Emolumentos: R$ 43,42 Condução: R$ 0,00 Pagina(s) Extra(s): R$ 0,00 ISSQN: R$ 2,17 T.F.J: R$ 5,19 Funcivil: R$ 10,39
Outros: R$ 4,60 Correios: R$ 0,00 Total: R$ 65,77

SEBRAE

PREF. M. CD - TO
PROC. nº 72
FLS nº
Ass: 61

CONVOCAÇÃO CDE/PRESI nº 10/2018

Palmas- TO, 1º de outubro de 2018.

Senhor Conselheiro,

Com os nossos cumprimentos, com arrimo no artigo 13, inciso XXIV e parágrafos seguintes, do Estatuto Social do Sebrae-TO, convido o ilustre Conselheiro para a **2ª Reunião Extraordinária** do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE-TO do exercício de 2018 com pauta definida especialmente para deliberar sobre proposta de alteração estatutária, a realizar-se no dia **18 de outubro de 2018, quinta-feira**, com início às **09h00min** na **sala de reuniões do CDE, em Palmas- TO.**

Item	Assunto	Apresentação	Duração
1.	**Alteração Estatutária Complementar**	Presidente	30'
2.	**Considerações Finais e Encerramento**	Presidente e Conselheiros	05'

CRTDPJ-Palmas 19/10/2018 P53949A Pag. 1/23

Atenciosamente,

Pedro José Ferreira
Presidente do Conselho Deliberativo Estadual SEBRAE/TO

PREF. M. CD - TO
PROC. nº 72
FLS nº
Ass: 52

SEBRAE

CONSELHO DELIBERATIVO ESTADUAL

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DELIBERATIVO ESTADUAL DO SEBRAE – TOCANTINS

DATA: 18 de outubro de 2018
HORA: 9h00min
LOCAL: Sala de Reuniões do CDE, no Centro de Educação Empresarial – SEBRAE, Palmas –TO.

Estiveram presentes os Senhores Conselheiros abaixo relacionados:

CONSELHEIROS:	
1. **FACIET**	**Pedro José Ferreira**
2. **FAET**	**Paulo Carneiro**
3. **FECOMÉRCIO**	**Alexandra Bramatti**
4. **FIETO**	**Roberto Magno Pires**
5. **FAMPEC** (Decisão Judicial)	**Rogério Ramos de Sousa**
6. **BANCO DO BRASIL**	**Sandro Jacobsen Grando**
7. **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**	**Eric Carvalhal Xavier**
8. **SEDEN**	**Dearley Kühn**
9. **SEBRAE NACIONAL**	**Domingos Poubel de Castro**
10. **UFT**	**Kênia Ferreira Rodrigues**

CRTDPJ-Palmas 19/10/2018 P53949A Pag. 2/23

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº
Ass: 53

SEBRAE

CONSELHO DELIBERATIVO ESTADUAL

11. UNITINS	**Augusto de Rezende Campos**

1. Abertura: Verificação de quórum

O Presidente do CDE **Pedro José Ferreira**, constatado quórum legal, declarou aberto a 2ª (segunda) Reunião Extraordinária do ano de 2018 do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE/TO.

2. Comunicações da presidência

O Presidente **Pedro José Ferreira** informou que a reunião foi convocada em caráter extraordinário, para o fim único e específico de realizar a Alteração Estatutária Complementar do Estatuto Social do SEBRAE/TO.

3. Ordem do dia

3.1 Alteração Estatutária Complementar

3.1.1 Proposta de Alteração do Estatuto Social do Sebrae/TO- Complementar. O Presidente **Pedro José Ferreira** iniciou a reunião destacando a necessidade da adequação complementar do Estatuto Social do Sebrae/TO nos referidos artigos propostos, conforme recomendado pelo parecer jurídico do Conselho Deliberativo do SEBRAE Nacional. A proposta foi encaminhada com antecedência por e-mail para os conselheiros para que fossem analisadas previamente. Ressaltou que a adequação estatutária é em decorrência do número de entidades que irá compor o Conselho Deliberativo Estadual do Sebrae/TO e informou que o jurídico está a disposição para esclarecimentos. Prosseguindo, o Conselheiro **Dearley Kühn** (SEDEN) pediu esclarecimento sobre os artigos propostos para alteração. Em seguida o conselheiro **Roberto Magno Pires** (FIETO) pediu para que o Assessor Jurídico fizesse os esclarecimentos devidos. Em seguida, o assessor jurídico Gedeon Pitaluga esclareceu que a proposta trata de adequações recomendadas pela Assessoria Jurídica do Conselho Deliberativo do SEBRAE Nacional e explanou um a um os dispositivos que integram a proposta de alteração estatutária. O conselheiro **Augusto de Rezende Campos** pediu ainda esclarecimentos sobre as etapas formais que serão realizadas após eventual aprovação da proposta de alteração do Estatuto Social. A Assessoria Jurídica esclareceu o procedimento de registro de alteração do Estatuto e informou o cuidado adicional de ter apresentado previamente à Assessoria Jurídica do Conselho Deliberativo do SEBRAE Nacional a proposta em deliberação para conferência quanto à estrita observância à recomendação jurídica encaminhada ao SEBRAE – TO.

CRTDPJ-Palmas 19/10/2018 P53949A Pag. 3/23

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 54
Assª:

3.1.2 Votação. Após a apresentação de proposta de alteração estatutária complementar, o Presidente **Pedro José Ferreira** deu início à votação. Os conselheiros **Alexandra Bramatti** (FECOMÉRCIO), **Roberto Magno Pires** (FIETO), **Kênia Ferreira Rodrigues** (UFT), **Augusto de Rezende Campos** (UNITINS), **Rogério Ramos de Sousa** (FAMPEC), **Eric Carvalhal Xavier** (Caixa Econômica Federal), **Sandro Jacobsen Grando** (BANCO DO BRASIL), **Paulo Carneiro** (FAET), **Dearley Kühn** (SEDEN), **Domingos Poubel de Castro** (SEBRAE NACIONAL) e **Pedro José Ferreira** (FACIET) votaram unanimemente à favor da Alteração Estatutária Complementar. Em seguida, foi proclamado **aprovada** a proposta de alteração estatutária complementar por unanimidade entre os Conselheiros presentes **e onde se lê**: "**Artigo 13** Compete ao CDE, sem prejuízo de outras atribuições previstas neste Estatuto e nos Regimentos Internos do SEBRAE/TO: **I** - eleger, dentre os conselheiros titulares, com o voto concorde, no mínimo, de **6 (seis)** conselheiros, o seu Presidente, em reunião especialmente convocada para esse fim; **II** - eleger, com o voto concorde, no mínimo, de **6 (seis)** conselheiros, o Diretor-Superintendente, os demais Diretores do SEBRAE/TO e os membros titulares do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, em reunião especialmente convocada para esse fim; **III** - destituir *ad nutum* ou em decorrência da representação de que trata o **§ 7º** deste artigo, com o voto concorde, no mínimo, de **8 (oito)** conselheiros, em reunião especialmente convocada para este fim, o Diretor-Superintendente, qualquer dos demais Diretores ou qualquer dos membros do Conselho Fiscal, titular ou suplente; **XIX** - decidir sobre a extinção da entidade e destinação de seus bens, com o voto concorde de, no mínimo, **10 (dez)** conselheiros, em reunião convocada especialmente para esse fim; **XXII** - deliberar sobre a alteração do presente Estatuto, com o voto concorde de, no mínimo, **8 (oito)** conselheiros, em reunião convocada especialmente para esse fim; **XXIV** - interpretar o presente Estatuto e decidir sobre os casos omissos, com o voto concorde de, no mínimo, **6 (seis)** conselheiros; **§1º** O CDE reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, sempre que necessário, por iniciativa de seu Presidente ou de **3 (três)** conselheiros; **§3º** As reuniões do CDE serão realizadas com a presença de, no mínimo, **6 (seis)** conselheiros; **Artigo 21** Compete ao Presidente do CDE: **§ 2º** Caso as decisões mencionadas no parágrafo anterior sejam revogadas ou alteradas pelo CDE, o que somente poderá ocorrer mediante o voto concorde, no mínimo, de **6 (seis)** conselheiros, cabe ao colegiado regular as relações jurídicas delas decorrentes; **Artigo 34 § 1º** Na hipótese de que trata este artigo, caso sejam admitidos os associados ali referidos, o quórum mínimo para realização da reunião e os diversos tipos de quórum qualificado de votação do CDE, conforme previsto neste Estatuto, serão adaptados ao número de **8 (oito)** membros daquele colegiado, mantidas as mesmas proporções estabelecidas neste Estatuto", **passa o Estatuto da entidade a vigorar com o seguinte teor:** "**Artigo 13** Compete ao CDE, sem prejuízo de outras atribuições previstas neste Estatuto e nos Regimentos Internos do SEBRAE/TO: **I** - eleger, dentre os conselheiros titulares, com o voto concorde, no mínimo, de **8 (oito)** conselheiros, o seu Presidente, em reunião especialmente convocada para esse fim; **II** - eleger, com o voto concorde, no mínimo, de **8 (oito)** conselheiros, o Diretor-Superintendente, os demais Diretores do SEBRAE/TO e os membros titulares do Conselho Fiscal e respectivos suplentes, em reunião especialmente convocada para esse fim; **III** - destituir *ad nutum* ou em decorrência da representação de que trata o **§ 7º** deste artigo, com o voto concorde, no mínimo, de **11 (onze)** conselheiros, em reunião especialmente convocada para este fim, o Diretor-Superintendente, qualquer dos demais Diretores ou qualquer dos membros do Conselho Fiscal,

CRTDPJ-Palmas 19/10/2018 F53949A Pag. 4/23

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 55
Ass:

titular ou suplente; **XIX -** decidir sobre a extinção da entidade e destinação de seus bens, com o voto concorde de, no mínimo, **13 (treze)** conselheiros, em reunião convocada especialmente para esse fim; **XXII** - deliberar sobre a alteração do presente Estatuto, com o voto concorde de, no mínimo, **11 (onze)** conselheiros, em reunião convocada especialmente para esse fim; **XXIV** - interpretar o presente Estatuto e decidir sobre os casos omissos, com o voto concorde de, no mínimo, **8 (oito)** conselheiros; **§1º** O CDE reunir-se-á mensalmente, em caráter ordinário, e extraordinariamente, sempre que necessário, por iniciativa de seu Presidente ou de **4 (quatro)** conselheiros; **§3º** As reuniões do CDE serão realizadas com a presença de, no mínimo, **8 (oito)** conselheiros; **Artigo 21** Compete ao Presidente do CDE: **§ 2°** Caso as decisões mencionadas no parágrafo anterior sejam revogadas ou alteradas pelo CDE, o que somente poderá ocorrer mediante o voto concorde, no mínimo, de **8 (oito)** conselheiros, cabe ao colegiado regular as relações jurídicas delas decorrentes; **Artigo 34 § 1°** Na hipótese de que trata este artigo, caso sejam admitidos os associados ali referidos, o quórum mínimo para realização da reunião e os diversos tipos de quórum qualificado de votação do CDE, conforme previsto neste Estatuto, serão adaptados ao número dos **membros daquele colegiado**, mantidas as mesmas proporções estabelecidas neste Estatuto". **3.1.3 Proclamação.** O Presidente **Pedro José Ferreira** declarou encerrada a votação e agradeceu a atenção e trabalho de todos. E nada mais havendo a tratar, o presidente do CDE agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião, lembrando que em seguida seria realizada a 9ª Reunião Ordinária do CDE, oportunidade que tratará dos requerimentos e deliberações diversos dos Conselheiros.

Pedro José Ferreira
Presidente do Conselho Deliberativo Estadual SEBRAE/TO

Mariana Soares Menezes
Assessora da Presidência

CRTDPJ-Palmas 19/10/2018 P539494 Pag. 5/23

SEBRAE

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 56
Ass:

PARECER UASJUR nº. 573 /2014

Brasília, 26 de novembro de 2014.

ORIGEM: Unidade de Assessoria Jurídica – UASJUR
INTERESSADO: SEBRAE

EMENTA: Lei nº 13.019/2014. Regime Jurídico das Parcerias Voluntárias entre a Administração Pública e as Organizações da Sociedade Civil. Mútua Cooperação. Análise de Impactos sobre Sistema SEBRAE.

Senhor(a) Gerente (adjunto) da Unidade de Assessoria Jurídica,

HISTÓRICO

1. Em 1° de agosto de 2014 foi publicada a Lei Federal n° 13.019, de 31 de julho de 2014, que estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não recursos financeiros, entre as Organizações da Sociedade Civil e a administração pública, direta e indireta, empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos, e suas subsidiárias, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público, bem como que define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil, e instituiu o termo de colaboração e o termo de fomento, além de alterar as leis n° 8.429/1992 e Lei n° 9.790/1999.

2. O objetivo da presente analise é enfrentar os principais pontos da Lei 13.019/2014 que possam impactar sobre as cooperações estabelecidas entre o Sistema SEBRAE e a administração pública, bem como traçar um paralelo entre o normativo do SEBRAE e a nova legislação, sem, contudo, pretender esgotar a matéria ou traçar interpretações rígidas ou inflexíveis.

PREF. M. CB - TC.
PROC. nº 72
FLS nº 57
Assº:

FUNDAMENTAÇÃO

DA APLICABILIDADE DA LEI

3. A Lei nº 13.019/2014 passou a disciplinar as parcerias voluntárias da Administração Pública com as Organizações da Sociedade Civil (OSC). Neste contexto, necessário trazer à baila o conceito de OSC para os fins desta lei, *in verbis*:

> *Art. 2º Para os fins desta Lei, considera-se:*
>
> *I - organização da sociedade civil: pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos que não distribui, entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados ou doadores, eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplica integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;*

4. A Lei nº 8.029/1990 desvinculou o SEBRAE (então com Cebrae) da Administração Pública Federal transformando-o em serviço social autônomo. Nesta qualidade, o SEBRAE enquadra-se perfeitamente no conceito de OSC, tanto que a própria Lei nº 13.029/2014 faz menção expressa aos serviços sociais autônomos em dois dispositivos[1].

5. Fica evidente que a lei em tela submete os serviços sociais autônomos, tal qual SEBRAE, ao conceito de Organização da Sociedade Civil, devendo as parcerias do SEBRAE com a Administração Pública, direta e indireta, empresas públicas e sociedade de economia mista prestadoras de serviços públicos, e suas subsidiárias, passarem a ser regidas pela referida lei.

---

[1] *Art. 33. [...]*
Parágrafo único. Serão dispensados do atendimento ao disposto no inciso III do caput os serviços sociais autônomos destinatários de contribuições dos empregadores incidentes sobre a folha de salários.

Art. 39. [...]
§ 3º A vedação prevista no inciso III do caput deste artigo, no que tange a ter como dirigente agente político de Poder, não se aplica aos serviços sociais autônomos destinatários de contribuições dos empregadores incidentes sobre a folha de salários.

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 58
Ass:

DA INSTRUMENTALIZAÇÃO DAS PARCERIAS

6. A Lei nº 13.019/2014 definiu que as parcerias serão instrumentalizadas por meio de termos de colaboração e termos de fomento, na forma do art. 16 e 17 que transcrevemos abaixo:

> *Art. 16. O termo de colaboração deve ser adotado pela administração pública em caso de transferências voluntárias de recursos para consecução de planos de trabalho propostos pela administração pública, em regime de mútua cooperação com organizações da sociedade civil, selecionadas por meio de chamamento público, ressalvadas as exceções previstas nesta Lei.*
>
> *Parágrafo único. Os conselhos de políticas públicas poderão apresentar propostas à administração pública para celebração de termo de colaboração com organizações da sociedade civil.*
>
> *Art. 17. O termo de fomento deve ser adotado pela administração pública em caso de transferências voluntárias de recursos para consecução de planos de trabalho propostos pelas organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação com a administração pública, selecionadas por meio de chamamento público, ressalvadas as exceções previstas nesta Lei.*

7. Em suma, o Termo de colaboração será utilizado para parcerias em que o plano de trabalho foi determinado pela Administração Pública. Já o Termo de Fomento para os casos em que a iniciativa do plano de trabalho foi da OSC.

8. Neste ponto, interessa notar que, para fins de formalização do instrumento jurídico de parceria, o critério utilizado pela Administração Pública leva em conta a iniciativa da proposição do projeto, não importando, para fins de nomenclatura, se há ou não transferência de recursos entre os parceiros ou ações unilaterais que demandem dispêndio de recursos.

9. Por sua vez, o SEBRAE classifica o instrumento legal de formalização da parceira pelas ações propostas e existência ou não de transferência de recursos, sob a nomenclatura de "convênio". Exemplificativamente, o SEBRAE Nacional formaliza suas parcerias por meio de convênios de cooperação geral, de cooperação técnica e de cooperação técnica e financeira, conforme previsto da INS nº 41/01.

PREF. M. CB - TO.
PROC. nº 72
FLS nº 59
Ass:

10. Inicialmente, no que tange a nomenclatura "convênio", com a edição da Lei em análise, a Administração Pública passará a reservar o termo convênio para parcerias instituídas entre entes federados[2].

11. Embora o SEBRAE possa estabelecer seus próprios instrumentos fixando nomenclatura à sua conveniência e não estando obrigado a seguir a Administração Pública, diante do considerável volume de parcerias com entes públicos, sugere-se a revisão das instruções normativas do SEBRAE ou a elaboração de instrução específica para parcerias com a administração Pública.

12. A unificação de terminologias, ao menos no que toca às parcerias com entes públicos, evitará confusão terminológica, de ambas as partes, visto que, comumente, a negociação dos planos de trabalho não conta com a participação do corpo jurídico das entidades.

DA DESNECESSIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO

13. Ultrapassada a questão de nomenclatura, verifica-se também dos artigos 16 e 17 supratranscritos a necessidade de chamamento público para celebração da parceria, salvo os casos excepcionais definidos na própria Lei nº 13.019/2014. O art. 29 da lei em comento disciplina a obrigatoriedade do chamamento público, senão vejamos:

> *Art. 29. Exceto nas hipóteses expressamente previstas nesta Lei, a celebração de qualquer modalidade de parceria será precedida de chamamento público.*

14. Ao tratar dessas exceções a citada lei versou:

> *Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:*
>
> *I - no caso de urgência decorrente de paralisação ou iminência de paralisação de atividades de relevante interesse público realizadas no âmbito de parceria já celebrada, limitada a vigência da nova parceria ao prazo do termo original, desde que atendida a ordem de classificação do chamamento público, mantidas e aceitas as mesmas condições oferecidas pela organização da sociedade civil vencedora do certame;*

[2] Art. 84. Salvo nos casos expressamente previstos, não se aplica às relações de fomento e de colaboração regidas por esta Lei o disposto na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e na legislação referente a convênios, que ficarão restritos a parcerias firmadas entre os entes federados.

PREF. M. CO - TO
PROC. nº 72
FLS nº
Ass: 60

> *II - nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem pública, para firmar parceria com organizações da sociedade civil que desenvolvam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde ou educação, que prestem atendimento direto ao público e que tenham certificação de entidade beneficente de assistência social, nos termos da Lei no 12.101, de 27 de novembro de 2009;*
>
> *III - quando se tratar da realização de programa de proteção a pessoas ameaçadas ou em situação que possa comprometer a sua segurança;*
>
> *Art. 31. Será considerado inexigível o chamamento público na hipótese de inviabilidade de competição entre as organizações da sociedade civil, em razão da natureza singular do objeto do plano de trabalho ou quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica.*

15. Os artigos 30 e 31 acima citados tratam das hipóteses de dispensa e inexigibilidade de chamamento público, respectivamente. Pela mera leitura dos incisos do art. 30 observa-se que nenhuma das hipóteses de dispensa do chamamento público se aplica a celebração de parcerias diretamente com o SEBRAE, restando a análise do art. 31 da lei em comento, hipótese de inexigibilidade de chamamento público.

16. Nos termos do art. 31 da Lei nº 13.019/2014 é inexigível o chamamento público no caso de inviabilidade de competição entre as OSC, seja pela singularidade do objeto do plano de trabalho, seja quando as metas somente puderem ser atingidas por uma entidade específica.

17. São, portanto, expressamente previstas apenas duas hipóteses de inexigibilidade: primeira, singularidade do plano de trabalho; segunda, metas que somente podem ser atingidas por determinada entidade. Registre-se que, tal qual ocorre na dispensa e inexigibilidade de licitação, entendemos que as hipóteses de dispensa são taxativas, enquanto as hipóteses de inexigibilidade são exemplificativas. Ora, sempre que a administração pública verificar a impossibilidade de competição, por consectário lógico, somente lhe restará o uso da inexigibilidade de chamamento público.

18. As parcerias do SEBRAE com a Administração Pública parece-nos facilmente enquadradas na hipótese de inexigibilidade diante de metas que somente podem ser atingidas pelo próprio SEBRAE. Isto porque a Lei 8.029/1990 estabeleceu em seu artigo 9º o que segue:

> *Art. 9º Compete ao serviço social autônomo a que se refere o artigo anterior planejar, coordenar e orientar programas técnicos, projetos e atividades de apoio às micro e pequenas empresas, em conformidade com*

PREF. M. CD - TO
PROC. nº 72
FLS nº 61
Ass:

> *as políticas nacionais de desenvolvimento, particularmente as relativas às áreas industrial, comercial e tecnológica.*

19. Neste contexto, se a lei instituiu que ao SEBRAE compete planejar, coordenar e orientar programas técnicos, projeto e atividades de apoio às micro e pequenas empresas, em conformidade com as políticas nacionais de desenvolvimento, então as ações vinculadas à política nacional que abarquem o segmento que é público do SEBRAE, ou seja, as micro e pequenas empresas enquadram-se perfeitamente na hipótese de inexigibilidade, pois somente podem ser atingidas pela celebração de parcerias com o próprio SEBRAE.

20. Mesmo que assim não fosse, a depender da singularidade do plano de trabalho, havendo relação direta ou indireta com políticas de apoio à micro e pequenas empresas, a própria lei afeta ao SEBRAE a consecução do objeto, sendo caso de inexigibilidade de chamamento público, com estabelecimento da parceria de forma direta. Traçando novamente um paralelo com a Lei de Licitações, na lição de Marçal Justen Filho[3], no que tange à singularidade:

> ***Ocorre que a singularidade do objeto nada mais reflete senão a singularidade do próprio interesse estatal a ser atendido.*** *Ou seja, um certo objeto não pode ser substituído por outro, para fins de contratação administrativa, por ser ele o único adequado a atender a necessidade estatal ou pela impossibilidade de satisfação das necessidades coletivas de modo equivalente, por meio de outro objeto.*
> *(g. n.)*

21. O fato da Lei n° 13.019/2014 não prever expressamente a dispensa ou inexigibilidade de chamamento público com os serviços sociais autônomos, em especial o SEBRAE, não significa que devem, a partir da vigência da lei em comento, submeter-se a chamamento público. Certo também que a lei não impede a participação dos serviços sociais autônomos em chamamentos públicos, todavia, parece-nos não coadunar com a essência da criação dos serviços sociais autônomos, enquanto entes paraestatais, entender que deveriam submeter-se ao chamamento público para celebrar parcerias com a Administração Pública. A toda evidência, também não parece ser um dos objetivos da Lei n° 13.019/2014 pretender que os serviços sociais autônomos passem a competir com outras OSC por parcerias, até porque poderia ser desleal com as demais OSC, que não recebem recursos públicos decorrentes de tributos.

22. Quanto a este tópico, temos que a celebração de parcerias entre o SEBRAE e a Administração Pública, direta ou indireta, empresas publicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos, e suas

[3] Comentário à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 12ª Ed., São Paulo, Dialética, 2008.

PREP. N. CD - TC
PROC. Nº 72
FLS Nº 62
Ass:

subsidiárias, podem ser realizadas de modo direto, sendo inexigível, para estes casos, o chamamento público.

DOS REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

23. Sem prejuízos de outros, merece destaque a necessidade de cumprimento pelo SEBRAE das exigências do art. 33 e 34 da Lei n° 13.019/2014, a saber:

> *Art. 33. Para poder celebrar as parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por estatutos cujas normas disponham, expressamente, sobre:*
>
> *I - objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;*
> *II - a constituição de conselho fiscal ou órgão equivalente, dotado de atribuição para opinar sobre os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;*
> *III - a previsão de que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos desta Lei e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;*
> *IV - normas de prestação de contas sociais a serem observadas pela entidade, que determinarão, no mínimo:*
> *a) a observância dos princípios fundamentais de contabilidade e das Normas Brasileiras de Contabilidade;*
> *b) que se dê publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e demonstrações financeiras da entidade, incluídas as certidões negativas de débitos com a Previdência Social e com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, colocando-os à disposição para exame de qualquer cidadão.*
>
> *Parágrafo único. Serão dispensados do atendimento ao disposto no inciso III do caput os serviços sociais autônomos destinatários de contribuições dos empregadores incidentes sobre a folha de salários.*
>
> *Art. 34. Para celebração das parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão apresentar:*
>
> *I - prova da propriedade ou posse legítima do imóvel, caso seja necessário à execução do objeto pactuado;*
> *II - certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável de cada ente federado;*

PREF. M. CD - TO
PROC. nº 12
FLS nº 03
Ass:

> *III - certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações;*
> *IV - documento que evidencie a situação das instalações e as condições materiais da entidade, quando essas instalações e condições forem necessárias para a realização do objeto pactuado;*
> *V - cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual;*
> *VI - relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;*
> *VII - cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço registrado no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;*
> *VIII - regulamento de compras e contratações, próprio ou de terceiro, aprovado pela administração pública celebrante, em que se estabeleça, no mínimo, a observância dos princípios da legalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da impessoalidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade, da razoabilidade e do julgamento objetivo e a busca permanente de qualidade e durabilidade.*

24. Veja-se que o SEBRAE, enquanto serviço social autônomo, na forma do parágrafo único do art. 33, estaria dispensado por expressa dicção legal apenas da exigência do inciso III do mesmo artigo. Por outro lado, o SEBRAE conta com a estruturação societária, regularidade e normatização exigidas pelos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019/2014, inclusive com regulamento próprio de contratações (aprovado pela Resolução CDN nº 213/2011).

25. Quanto às providências a cabo da Administração pública, disciplinadas no art. 35 da citada lei, pinça-se dois pontos em especial.

26. O parágrafo primeiro do mencionado dispositivo determina:

> *Art. 35. A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública:*
> *[...]*
> *§ 1º Não será exigida contrapartida financeira como requisito para celebração de parceria, facultada a exigência de contrapartida em bens e serviços economicamente mensuráveis.*

27. Vê-se claramente que a Administração Pública não considera a existência de contrapartida financeira como um requisito para realização da parceria, e mais, faculta a exigência de contrapartida econômica mensurável, sendo assim, o plano de trabalho poderá, ao menos em tese, ser totalmente financiada por recursos públicos.

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 64
Assª:

28. O segundo ponto de destaque é a exigência de parecer do corpo jurídico do ente público:

> *Art. 35. A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública:*
> *[...]*
> *VI - emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria, com observância das normas desta Lei e da legislação específica.*

29. Mas a novidade fica por conta do parágrafo segundo do artigo em comento, que consiga:

> *§2° Caso o parecer técnico ou o parecer jurídico de que tratam, respectivamente, os incisos V e VI do caput deste artigo conclua pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o administrador público cumprir o que houver sido ressalvado ou, mediante ato formal, justificar as razões pelas quais deixou de fazê-lo.*

30. Como se pode antever, qualquer ressalva seja no parecer técnico ou no parecer do corpo jurídico do ente público no âmbito da aprovação da parceria, deve ser devidamente justificada pelo administrador público, merecendo que o SEBRAE também se atende a tal fato, ou à falta de justificativa, para evitar eventual responsabilização.

DAS VEDAÇÕES

31. Quanto às vedações previstas no art. 39 da Lei n° 13.019/2014, apenas para fins de esclarecimento, pretende-se neste tópico tratar da exceção disciplinada no parágrafo terceiro. Transcreva-se o art. 39 para ilustrar:

> *Art. 39. Ficará impedida de celebrar qualquer modalidade de parceria prevista nesta Lei a organização da sociedade civil que:*
>
> *I - não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;*
> *II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;*
> *III - tenha como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer*

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 70
FLS nº
Ass: 65

esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;
IV - tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos 5 (cinco) anos, enquanto não for sanada a irregularidade que motivou a rejeição e não forem quitados os débitos que lhe foram eventualmente imputados, ou for reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
V - tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:
a) suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
c) a prevista no inciso II do art. 73 desta Lei;
d) a prevista no inciso III do art. 73 desta Lei;
VI - tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
VII - tenha entre seus dirigentes pessoa:
a) cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;
b) julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
c) considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992.

§1° Nas hipóteses deste artigo, é igualmente vedada a transferência de novos recursos no âmbito de parcerias em execução, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de expressa e fundamentada autorização do dirigente máximo do órgão ou entidade da administração pública, sob pena de responsabilidade solidária.

§ 2° Em qualquer das hipóteses previstas no caput, persiste o impedimento para celebrar parceria enquanto não houver o ressarcimento do dano ao erário, pelo qual seja responsável a organização da sociedade civil ou seu dirigente.

§ 3° A vedação prevista no inciso III do caput deste artigo, no que tange a ter como dirigente agente político de Poder, não se aplica aos serviços sociais autônomos destinatários de contribuições dos empregadores incidentes sobre a folha de salários.

32. O inciso III do artigo transcrito veda à administração pública a celebração de parceria com entidade cujo dirigente seja agente político, contudo,

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 66
Ass:

o §3° traz exceção que comporta justamente os serviços sociais autônomos, inclusive o SEBRAE, afastando a aplicação do inciso III, visto que a composição da direção destes entes paraestatais contempla a participação de agentes políticos.

33. É justamente o caso do SEBRAE que, na composição do Conselho Deliberativo Nacional, contém representante da União, por meio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), conforme art. 10, XIII, do Estatuto do SEBRAE (Resolução CDN n° 189/2009).

34. Logo, às parcerias a serem estabelecidas entre a Administração Pública e o SEBRAE não se aplica a vedação do inciso III do art. 39 da Lei n° 13.019/2014.

DAS DESPESAS DA PARCERIA

35. Os arts. 45 a 47 da Lei n° 13.019/2014 tratam das despesas da parceria. As vedações estão listadas no art. 45, enquanto o art. 46 e o art. 47 indicam o que pode ser gasto com determinadas rubricas, estabelecendo condições e limites.

36. Neste tópico pretendemos trazer a lume o art. 46, que transcrevemos:

> *Art. 46. Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, desde que aprovadas no plano de trabalho, as despesas com:*
>
> *I - remuneração da equipe dimensionada no plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, podendo contemplar as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais, desde que tais valores:*
> *a) correspondam às atividades previstas para a consecução do objeto e à qualificação técnica necessária para a execução da função a ser desempenhada;*
> *b) sejam compatíveis com o valor de mercado da região onde atua e não superior ao teto do Poder Executivo;*
> *c) sejam proporcionais ao tempo de trabalho efetiva e exclusivamente dedicado à parceria celebrada;*
> *II - diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;*

PREF. M. CD - TC
PROC. nº 72
FLS nº
Assª: 67

III - multas e encargos vinculados a atraso no cumprimento de obrigações previstas nos planos de trabalho e de execução financeira, em consequência do inadimplemento da administração pública em liberar, tempestivamente, as parcelas acordadas;
IV - aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

§ 1° A remuneração de equipe de trabalho com recursos transferidos pela administração pública não gera vínculo trabalhista com o ente transferidor.

§ 2° A inadimplência da organização da sociedade civil em relação aos encargos trabalhistas não transfere à União a responsabilidade por seu pagamento.

§ 3° Serão detalhados, no plano de trabalho, os valores dos impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo-terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais incidentes sobre as atividades previstas para a execução do objeto, de responsabilidade da entidade, a serem pagos com os recursos transferidos por meio da parceria, durante sua vigência.

§ 4° Não se incluem na previsão do §3° os tributos de natureza direta e personalíssima que onerem a entidade.

37. Observe-se do inciso I que é possível o pagamento com recursos da parceria da equipe dimensionada no plano de trabalho, ainda que de pessoal próprio da entidade. Fazendo um paralelo com o normativo de parcerias do SEBRAE, vê-se que não há determinação de que o pessoal seja contratado com prazo determinado, podendo, obedecidos os critérios estabelecidos nas alíneas "a" até "c", serem pagos inclusive os empregados já existentes da entidade.

38. Tendo a lei como paradigma, pode o SEBRAE, se entender conveniente, revisar o normativo para adotar parâmetros semelhantes. Entretanto, o SEBRAE diferentemente da Administração Pública, não poderá alegar em seu benefício o §2° da referida lei, acima transcrito, visto que somente a lei pode estabelecer casos de afastamento de responsabilidade[4].

DA ALTERAÇÃO DA VIGÊNCIA

39. O art. 55 da lei em comento permite a prorrogação do prazo de vigência da parceria, desde que haja solicitação formal e justificada pela OSC, a

[4] O SEBRAE também não poderá suscitar em seu favor o §7° do art. 47, que exime novamente a Administração Pública de responsabilidade trabalhista, fiscal e comercial.

PREF. M. CB - TC
PROC. nº 72
FLS nº 68
Ass:

ser apresentada à Administração Pública com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do término da vigência. Em cotejo com o normativo do SEBRAE Nacional, vê-se maior rigidez na norma interna, que exige que a prorrogação esteja assinada com prazo mínimo de 90 (noventa) dias antes do seu término.

40. Ainda no que diz respeito à vigência, interessa notar que a lei examinada não fixa um prazo máximo de vigência da parceria, podendo, portanto, variar conforme o plano de trabalho, não estando limitada pela lei a 5 (cinco) anos, ou qualquer outro prazo.

DAS SANÇÕES

41. As sanções são tratadas no art. 73 da lei em análise, dividindo-se em advertência, suspensão temporária e declaração de inidoneidade, a saber:

> *Art. 73. Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas desta Lei e da legislação específica, a administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as seguintes sanções:*
>
> *I - advertência;*
> *II - suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a 2 (dois) anos;*
> *III - declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a organização da sociedade civil ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste artigo.*
>
> *Parágrafo único. A sanção estabelecida no inciso III do caput deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado ou do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.*

42. Vale mencionar que as penas de suspensão temporária e a declaração de inidoneidade não se limitam a impedir a participação em chamamento público ou celebração de termo de cooperação ou de fomento, mas impedem também a contratação com a administração. A suspensão com

PREF. M. CB - TC
PROC. nº 72
FLS nº 69
Assis:

abrangência apenas na esfera de governo da Administração Pública sancionadora e a declaração de inidoneidade com espectro amplo abarcando todas as esferas de governo.

DA VIGÊNCIA DA LEI

43. No que toca a vigência da lei em análise, observa-se que a redação original do art. 88 previa que a vigência se daria em 90 (noventa) dias contados da sua publicação, que ocorreu em 1° de agosto de 2014. Ocorre que, em 29 de outubro de 2014, foi editada Medida Provisória n° 658, publicada em 30 de outubro de 2014, alterando o art. 88 da Lei n° 13.019/2014 para estabelecer a lei somente entrará em vigência em 360 dias após a publicação, isto é, 27 de julho de 2015.

CONCLUSÃO

44. Diante do exposto, concluiu-se que, enquanto serviço social autônomo, o SEBRAE é considerado, para os fins da Lei n° 13.019/2014, como Organização da Sociedade Civil, sendo a lei aplicável a futuras parcerias entre o Sistema SEBRAE e a Administração Pública, direta e indireta, empresas públicas, sociedades de economia mista prestadoras de serviço público, e suas subsidiárias, sendo inexigível chamamento público para celebração do termo de cooperação ou termo de fomento.

45. No mais, a lei em tela também pode servir para paradigma para revisão de normativos internos do SEBRAE que tratam de parcerias, não somente com a própria Administração Pública, mas também com outras entidades privadas.

À consideração superior.

Thiago Luiz Isacksson D'Albuquerque
Analista Técnico – UASJUR
OAB/DF 20.792

De acordo.

Larissa Moreira Costa
Gerente da Unidade de Assessoria Jurídica
SEBRAE/NA
OAB/DF 16.745

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº
ASS: 70

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
25.089.962/0001-90 **MATRIZ**		**08/08/1989**

NOME EMPRESARIAL
SERV DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO EST DO TO

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
SEBRAE TO	**DEMAIS**

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
85.99-6-99 - Outras atividades de ensino não especificadas anteriormente
85.50-3-02 - Atividades de apoio à educação, exceto caixas escolares
63.99-2-00 - Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente
74.90-1-99 - Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente
74.90-1-03 - Serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias
69.20-6-02 - Atividades de consultoria e auditoria contábil e tributária

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
307-7 - Serviço Social Autônomo

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
Q 102 NORTE AV LO 04	**01**	********

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
77.006-006	**PLANO DIRETOR NORTE**	**PALMAS**	**TO**

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
andreia.facundes@to.sebrae.com.br	**(63) 3219-3300/ (63) 3219-3325**

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	**09/07/1998**

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia **05/03/2020** às **10:21:59** (data e hora de Brasília).

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 71
Assª:

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO

Nome: SERV DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO EST DO TO
CNPJ: 25.089.962/0001-90

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e

2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <http://rfb.gov.br> ou <http://www.pgfn.gov.br>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:01:23 do dia 17/05/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 13/11/2023.
Código de controle da certidão: **F98A.0905.7703.7336**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

GOVERNO DO ESTADO DO TOCANTINS
SECRETARIA DA FAZENDA
SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TRIBUTÁRIA
DIRETORIA DE GESTÃO DE CRÉDITOS FISCAIS
COORDENADORIA DA DÍVIDA ATIVA

Número da Certidão:
4713134

PREF. M. CB - TO.
PROC. nº 72
FLS nº
ASS: 72

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO - PESSOA JURÍDICA

IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE:

RAZÃO SOCIA SERV DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO EST

CNPJ 25.089.962/0001-90 **INSCRIÇÃO ESTADUAL:**

ATIVIDADE ECONÔMICA:

ENDEREÇO: RUA Q 102 NORTE AV LO 04, 01, PLANO DIRETOR NORTE - ZONA

MUNICÍPIO PALMAS - TO

FINALIDADE:
LICITAÇÃO

HISTÓRICO:

NÃO CONSTA DÉBITO INSCRITO EM DÍVIDA ATIVA

Fundamentação Legal - Arts. 65, 66 e 67 da Lei 1288, de 28 de Dezembro de 2001. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública Estadual, inscrever e cobrar qualquer dívida de responsabilidade do contribuinte acima, que vier a ser apurada.

Validade - O prazo de validade da certidão é de trinta dias contado da data da sua emissão.

A autenticidade desta Certidão deverá ser confirmada via Internet, no endereço http://www.to.gov.br/sefaz

A Certidão expedida com erro, dolo, simulação ou fraude, responsabiliza, pessoalmente , o servidor que a expediu, pelo crédito tributário, assegurando o direito de regresso.

Data Emissão: Terça-feira, 6 de Junho de 2023 - 09h 56m 44s **Emitida Via INTERNET**

Atenção:

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.
Esta certtidão esta vinculada ao número do CPF, CNPJ ou Inscrição Estadual.

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 73
Assi:

PREFEITURA DE PALMAS
SECRETARIA DE FINANÇAS
SUPERINTENDÊNCIA DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS CONTRIBUINTE

CPF/CNPJ: **25.089.962/0001-90**

Contribuinte: **SERV DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO EST DO TO** Inscrição: **2439053**

Endereço oficial: **ACSU SO 40, AV. LO 09, APE, LOTE 11 B, C/ AVENIDA NS 01 PLANO DIRETOR SUL, PALMAS-TO**

Endereço de correspondência: **401 S, AV. LO 09, Nº S/Nº, C/ AVENIDA NS 01 PLANO DIRETOR SUL, PALMAS-TO**

Finalidade: **Licitação**

É certificado que, nesta data, não constam débitos pendentes em nome da pessoa jurídica acima identificada, relativos a tributos municipais, inclusive em Dívida Ativa, ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas que vierem a ser apuradas.

Esta Certidão refere-se exclusivamente à situação da pessoa **jurídica** no âmbito da Secretaria de Finanças da Prefeitura Municipal de Palmas.

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Base legal: art. 138 da Lei Complementar n° 285, de 31 de outubro de 2013, c/c art. 205 do Código Tributário Nacional.

A aceitação da presente Certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na internet, no endereço **http://cnd.palmas.to.gov.br/validar-documento/**, ou em qualquer Agência de Rendas da Secretaria de Finanças, através do numero identificador e do código de validação logo abaixo:

Numero identificador: **25.089.962/0001-90**
Código de validação: **8772b.1aebf.ff4f0-901642**

Palmas, 17 de Maio de 2023 às 16:04.

Certidão válida até 16 de Julho de 2023

Voltar | Imprimir

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 74
Ass:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 25.089.962/0001-90

Razão Social: SERV DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO EST TO

Endereço: QD 102 NORTE AVENIDA LO 4 SN / PLANO DIRETOR NORTE / PALMAS / TO / 77006-006

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Servico - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade:04/06/2023 a 03/07/2023

Certificação Número: 2023060400265075315803

Informação obtida em 20/06/2023 10:32:44

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: **www.caixa.gov.br**

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 75
Assª:

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SERV DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO EST DO TO (MATRIZ E FILIAIS)
CNPJ: 25.089.962/0001-90
Certidão nº: 10259055/2023
Expedição: 10/03/2023, às 14:19:09
Validade: 06/09/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SERV DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DO EST DO TO (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **25.089.962/0001-90, NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.
Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022.
Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.
No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.
A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (http://www.tst.jus.br).
Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE
Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.

ocu
ient

SEBRAE

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 76
Ass:

Parecer Jurídico nº 067/2020.

Palmas-TO, 04 de março de 2020.

Processo nº 642/2020

Interessado: UGOCC – UNIDADE DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTROLE E CONTABILIDADE.

Por solicitação da **UGOCC – UNIDADE DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, CONTROLE E CONTABILIDADE,**foi remetido a esta Consultoria Jurídica os autos referentes ao processo epigrafado, *solicitando parecer jurídico sobre a possibilidade de órgão público contratar o Sebrae/TO para prestação de serviços, tendo em vista as dificuldades na formalizaçãode transações, utilizando sempre o Instrumento de Convênio (IN/51), que possui finalidades e abrangências diferentes de um contrato de prestação de serviços.*

Vejamos o memorando:

> Prezados,
>
> Prezados Senhores, Ao longo do ano diversas entidades buscam o SEBRAE/TO para levar nossas soluções aos seus municípios, soluções como a Educação Empreendedora, Ações de Políticas Públicas entre outras de Fomento ao Empreendedorismo e desenvolvimento do Município. Logo, para ser viabilizado pelo Sebrae, é cobrado valores de contrapartida conforme previsto em Seu Estatuto Social no Artigo 27 – III.
> O SEBRAE/TO sempre teve dificuldades de formalizar essas transações com entes públicos, utilizando sempre o Instrumento de Convênio, que possui finalidades e abrangências diferentes de um contrato de prestação de serviços.
> Para melhorar o processo foi aprovada pela Diretoria a IN 51, logo este instrumento não está atendendo plenamente as necessidades do SEBRAE, no que tange a agilidade, simplificação dos processos.
> Percebendo boas práticas de outros estados conforme modelos anexos a este processo, solicitamos manifestação desta Assessoria quanto ao respaldo Legal para adoção deste novo formato em nossos instrumentos na prestação de Serviços do Sebrae a Entes públicos.
> Registra-se ainda, que nestes moldes são produtos exclusivos do SEBRAE e aplicados em consonância com nossos objetivos Institucionais.
>
> Atenciosamente

Desta forma, passamos à análise do caso concreto.

ocu
ient

SEBRAE

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 77
Ass:

Partindo-se de uma premissa maior, cediço que o Sebrae é uma entidade integrante do Sistema "S" – Serviço autônomo (art. 8º da Lei nº 8.029/90), e por meio do Decreto nº 99.570, regulamentou o dispositivo citado, sendo que o artigo 2º, §1º, autorizou a criação dos SEBRAE's estaduais, na forma de pessoas jurídicas de direito privado, não integrantes da administração pública federal, sendo consideradas entidades paraestatais.

Esses entes que prestam serviços de interesse público ou social, beneficiados com recursos oriundos de contribuições parafiscais pelas quais hão de prestar contas à sociedade (Acórdão 199/2001-Plenário, Relator: Ministro Lincoln Magalhães da Rocha).

As contribuições sociais recebidas pelo Sebrae possuem características idênticas àquelas estabelecidas nos artigos 149 e 195, inciso I, da Constituição Federal, tais como as atribuídas aos tributos no artigo 3º do Código Tributário Nacional (Acórdão nº 46/1999 – Primeira Câmara, relator: Ministro Humberto Souto).

Pois bem, por outro lado, cediço que a Administração Pública, deve definir aquilo que realmente deseja e objetiva contratar, discriminando o "conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação."

No mesmo sentido, o Constituinte em seu art. 37, inciso XXI, deixou claro que, fora os "casos especificados" na lei, todas as obras, serviços, compras e alienações devem ser contratados mediante um certame que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes.

Desta forma, a própria Lei 8.666/1993, em seu artigo 24, prevê que a Administração Pública pode dispensar a licitação em situações específicas.

ocu
ıent

SEBRAE

PREF. M. CB - TC
PROC. nº 70
FLS nº 78
Ass:

Na mesma esteira de raciocínio, o SEBRAE, como sendo considerado um Serviço Social Autônomo, instituído por lei, com personalidade de direito privado, para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais, sem fins lucrativos, sendo mantidos por dotações orçamentárias ou por contribuições parafiscais, possuem cooperação com o poder Público, possuindo, ainda, administração e patrimônios próprios, revestindo-se, porém, forma de instituições particulares convencionais.

Destarte, esclarece-se que o SEBRAE, sendo considerado um serviço social autônomo, constituído sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos, temos que nos ater, que sua atuação vincula-se ao auxílio e busca da otimização das micro e pequenas empresas, sendo, portanto, exclusiva, com reconhecimento nacional.

Com efeito, ressalta-se que o TCE de Santa Catarina, também já se manifestou a respeito no processo de nº C-21675/30, parecer nº COG-936/93, ao afirmar que "*o Sebrae é um serviço social autônomo constituído sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos. Sua área de atuação vincula-se ao auxílio e a busca da otimização das micro e pequenas empresas nacionais, no que segundo se sabe, é exclusiva. As atividades desenvolvidas por tal entidade incluem-se entre as arroladas no inciso XIII do artigo 24 da Lei Federal 8.666/93 e são reconhecidas nacionalmente, não havendo assim, porque questionar a sua reputação ético-profissional*".

> *A contratação do SEBRAE por parte do município é dispensada da realização de licitação por satisfazer, aquela entidade, os pressupostos do art. 24, XIII, da Lei Federal nº 8.666/93.*
> *(Fonte: TCE/SC. Parecer/CGO nº 936/93. Processo nº 21.675/30, Revista do TC/SC, vol. 1/94, p. 88.)*

Ademais, observa-se que o SEBRAE reúne os requisitos necessários para a configuração da hipótese de dispensa de licitação exigida no inciso XIII do artigo 24 da Lei 8.666/93, ou seja, é instituição brasileira, sem fins lucrativos, com finalidade precípua a pesquisa e de inquestionável reputação ético-profissional.

ocu
ıent

SEBRAE

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 79
Ass:

Cediço que há muito tempo o Sebrae firma contratos na qualidade de contratado por dispensa de licitação, nos termos do art. 24, XIII, da Lei 8.666/93, com várias entidades integrantes da Administração Pública, direta ou indireta.

Por certo, determina o inciso XIII do artigo 24 que será dispensável a licitação para a "*contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos*".

Dessa forma, na interpretação do referido artigo conclui-se que para a contratação direta com fulcro neste dispositivo, os requisitos são que a instituição seja brasileira, sem finalidade lucrativa e de inquestionável reputação ético-profissional. Atributos todos estes reunidos pelo SEBRAE.

Por fim, voltando ao caso em tela, ante a informação contida no memorando inserido no anexo 01 do processo, o qual afirma que atualmente a IN 51 não vem atendendo às necessidades advindas do SEBRAE, diante das dificuldades em formalizar transações com entes públicos, utilizando sempre o Instrumento de Convênio, que possui finalidades e abrangências diferentes de um contrato de prestação de serviços, torna-se necessário regulamentar/normatizar, através de IN específica (**vez que este é o procedimento formal, apto e legal a abranger referida matéria)**, já que a atualmente vigente, não vem atendendo às necessidades da casa, conforme explicitado no memorando.

Necessário ainda, que haja remessa deste processo à Diretoria, para que analise a situação exposta.

É o parecer, *s.m.j.*

Rafael Coelho Gama
OAB/TO 6.122-B
Assessoria Jurídica

CEPJUR

Envio de publicações jurídicas de todos os Estados/União, utilizados sistemas robustos e confiáveis.

Conheça o novo site da CEPJUR mais moderno, de fácil navegação e atualizado diariamente. www.cepjur.com.br

CEPJUR
Sua Causa em Boas Mãos

Não confie somente nos e-mails, entre em sua caixa postal exclusiva periodicamente e veja suas publicações.

acesse CEPJUR .com.br

CEPJUR

ACOMPANHE SUAS PUBLICAÇÕES PELO SITE CEPJUR MÉTODO 100% SEGURO.

PREF. M. CB - TC
PROC. nº 72
FLS nº
Ass: 80

DISPONIBILIZACAO: 25 DE ABRIL DE 2017

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
DIRETORIA GERAL
PAG 5
Cartorio
Decisao Singular
DECISAO SINGULAR DSG - G ODJ - 2780/2017
PROCESSO TC/MS: TC/20849/2015
PROTOCOLO: 1642501
ORGAO: PREFEITURA DE IGUATEMI-MS
RESPONSAVEL: JOSE ROBERTO FELIPPE ARCOVERDE
CARGO DO RESPONSAVEL: PREFEITO MUNICIPAL
ASSUNTO: CONTRATO ADMINISTRATIVO N 178/2015
PROCEDIMENTO: DISPENSA DE LICITACAO N 71/2015
OBJETO: ELABORACAO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO MUNICIPIO
INTERESSADO: SEBRAE/MS
VALOR CONTRATADO: R$ 36 000,00
RELATOR: CONS OSMAR DOMINGUES JERONYMO
CONTRATACAO PUBLICA PROCEDIMENTO DE DISPENSA DE LICITACAO FORMALIZACAO DO CONTRATO REGULARIDADE E LEGALIDADE
DO RELATORIO
Trata-se do exame e julgamento, nos termos do art 120, I, a e II, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolucao Normativa TC/MS n 76, de 11 de dezembro de 2013, do procedimento de Dispensa de Licitacao n 71/2015 (1ª fase), e da formalizacao e do teor do Contrato Administrativo n 178/2015, celebrado entre o Municipio de Iguatemi-MS e o **SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MATO GROSSO DO SUL** - SEBRAE/MS (2ª fase), constando como responsavel o Sr Jose Roberto Felippe Arcoverde, prefeito municipal, a epoca
O contrato, formalizado com fundamento no art 24, XIII, da Lei n 8 666/93, e demais normas que regem a materia, tem como objeto a elaboracao do plano de desenvolvimento do municipio, no valor de R$ 36 000,00 (trinta e seis mil reais), com prazo de vigencia de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado
Os tecnicos da 4ª Inspetoria de Controle Externo (4ª ICE) examinaram os documentos constantes dos autos e, na Analise ANA - 4ICE - 1473/2016, manifestaram-se pela regularidade da dispensa de licitacao, bem como da formalizacao do contrato
O Ministerio Publico de Contas (MPC) exarou seu Parecer PAR - MPC - GAB 6 DR JAC - 16792/2016, e opinou pela legalidade e regularidade da dispensa de licitacao e da formalizacao do contrato
DA DECISAO
Analisados os documentos que instruiram os autos, observa-se que foram

CEPJUR

Envio de publicações jurídicas de todos os Estados/União, utilizados sistemas robustos e confiáveis.

Conheça o novo site da CEPJUR mais moderno, de fácil navegação e atualizado diariamente. www.cepjur.com.br

CEPJUR
Sua Causa em Boas Mãos

Não confie somente nos e-mails, entre em sua caixa postal exclusiva periodicamente e veja suas publicações.

acesse CEPJUR .com.br

CEPJUR

ACOMPANHE SUAS PUBLICAÇÕES PELO SITE CEPJUR MÉTODO 100% SEGURO.

PREF. M. CB - TG
PROC. nº 72
FLS nº 81
Ass:

encaminhados tempestivamente a esta Corte de Contas, tendo sido atendidas todas as exigencias contidas na Lei n 8 666/93 e na Instrucao Normativa TC/MS n 35/2011

Restou demonstrado que os procedimentos adotados pelo responsavel na dispensa de licitacao e na formalizacao do contrato, inclusive no tocante a publicacao, foram regulares

Assim, acolhendo a analise dos tecnicos da 4ª ICE e o parecer ministerial, com fulcro nos artigos 4º, III, a e 10, II, do RITC/MS, DECIDO:

1 pela legalidade e regularidade do procedimento de Dispensa de Licitacao n 71/2015, e da formalizacao e do teor do Contrato Administrativo n 178/2015, celebrado entre o Municipio de Iguatemi-MS e o SEBRAE/MS, constando como responsavel o Sr Jose Roberto Felippe Arcoverde, prefeito municipal, a epoca, nos termos do art 59, I, da Lei Complementar Estadual (LCE) n 160, de 2 de janeiro de 2012, c c o art 120, I, a e II, do RITC/MS;

2 pela intimacao do resultado deste julgamento aos interessados, conforme o disposto no art 50 da LCE n 160/2012, c/c o art 70, § 2º, do RITC/MS;

3 pela remessa destes autos a 4ª ICE, para subsidiar a analise dos atos de execucao do objeto contratado

Campo Grande-MS, 12 de abril de 2017

CONS OSMAR DOMINGUES JERONYMO

Relator

ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
CONSULTORIA GERAL

CONSULTORIA GERAL 02 FLS. RUBRICA

PREF. M. CB - TC PROC. nº 72 FLS nº Ass: 82

PROCESSO Nº : C-21675/30
ORIGEM : PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIRANGA
INTERESSADO : JAIRO AFONSO HENKES - PREFEITO
ASSUNTO : CONSULTA. Licitação. Contratação de Instituição Nacional Sem Fins Lucrativos. SEBRAE. Art.24, inc. XIII, da Lei Federal nº 8.666/93.
PARECER Nº : COG-936/93

Senhora Supervisora,

I - RELATÓRIO

Por meio de expediente protocolado nesta Corte de Contas em 29 de outubro do corrente ano, o Sr. Jairo Afonso Henkes, Prefeito Municipal de Itapiranga, formula consulta indagando o seguinte:

"Existe necessidade de o Município abrir processo licitatório para a contratação do SEBRAE para elaboração de projeto técnico?"

Em síntese, o relatório.

II - DAS PRELIMINARES DE ADMISSIBILIDADE

Analisando os pressupostos de admissibilidade da consulta constatamos a adequação aos dispositivos jurídicos que disciplinam a sua formulação, notadamente os artigos 128, II do Regimento Interno desta Casa e 59, XII da Lei Fundamental do Estado, o que permite a manifestação do Egrégio Plenário acerca da questão em foco.

III - DISCUSSÃO

III.1 - Da Personalidade Jurídica do SEBRAE

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 83
Assª:
CONSULTORIA
04
FLS.
RUBRICA
GERAL

Antes de examinarmos o mérito da questão apresentada pelo consulente, cabe identificarmos a personalidade jurídica do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, o que proporcionará maior facilidade e segurança no deslinde da indagação constante na consulta.

O SEBRAE, antigo Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa - CEBRAE, tem por normas diretivas e regulamentares as Lei Federais Nºs 8029/90 e 8154/90, bem como os Decretos Federais Nºs 99570/90 e 715/92.

O Decreto Federal Nº 99570 de 09 de outubro de 1990 dispõe em seu artigo 1º, parágrafo único:

> "Art. 1º - Fica desvinculado da Administração Pública Federal o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa - CEBRAE e transformado em serviço social autônomo.
>
> Parágrafo Único - O Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa - CEBRAE, passa a denominar-se Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE." (Sublinhamos).

Hely Lopes Meirelles, em sua obra Direito Administrativo Brasileiro, assim define os chamados serviços sociais autônomos:

> "Serviços sociais autônomos são todos aqueles instituídos por lei, com personalidade de direito privado, para ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupos profissionais, sem fins lucrativos, sendo mantidos por dotações orçamentárias ou por contribuições parafiscais. São entes paraestatais, de cooperação com o Poder Público, com administração e patrimônio próprios, revestindo a forma de instituições particulares convencionais (fundações, sociedades civis ou associações) ou peculiares ao desempenho de suas incumbências estatuárias. São exemplos desses entes os diversos

PREF. M. CB - TC
PROC. nº 72
FLS nº 84
Ass:
CONSULTORIA
05
FLS.
RUBRICA
GERAL

serviços sociais da indústria e do comércio (SENAI, SENAC, SESC, SESI, CENAFOR), com estrutura e organização especiais, genuinamente brasileiras." (Sublinhamos)

Estando identificada e definida a personalidade jurídica do SEBRAE, passamos ao exame da indagação do consulente.

III.2 - Da Necessidade de Licitar a Contratação do SEBRAE

A contratação pretendida pela Prefeitura Municipal de Itapiranga é dispensada da licitação conforme o exposto no art.24, XIII da Lei Federal Nº 8.666/93, senão vejamos:

"Art. 24 - É dispensável a licitação:

.....

XIII - na contratação de instituição nacional sem fins lucrativos, incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento tecnológico, desde que a pretensa contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional;"

A própria definição retrotranscrita, ao apresentar as características dos serviços sociais autônomos já permite o enquadramento de tais entidades no artigo sob comento, posto que são criadas com a finalidade de "ministrar assistência ou ensino a certas categorias sociais ou grupo profissionais", não visando lucros. Somando-se a isso, o SEBRAE tem a sua competência expressa no art.9º "caput" da Lei Nº 8154/90, "in verbis":

"Art. 9º - Compete ao serviço social autônomo a que se refere o artigo anterior planejar, coordenar e orientar programas técnicos,

PREF. M. CB - TC
PROC. nº
FLS nº 70
Ass: 85
CONSULTORIA 06 FLS. RUBRICA GERAL

projetos e atividades de apoio às micro e pequenas empresas, em conformidade com as políticas nacionais de desenvolvimento particularmente as relativas às áreas industrial, comercial e tecnológica."

Por derradeiro, infere-se que o SEBRAE é um serviço social autônomo constituído sob a forma de sociedade civil, sem fins lucrativos. Sua área de atuação vincula-se ao auxílio e a busca da otimização das micro e pequenas empresas nacionais, no que segundo se sabe, é exclusiva. As atividades desenvolvidas por tal entidade incluem-se entre as arroladas no inciso XIII do art.24 da Lei Federal Nº 8.666/93 e são reconhecidas nacionalmente, não havendo assim, porque questionar a sua reputação ético-profissional.

CONCLUSÃO

Em conformidade com o acima exposto, esta Consultoria Geral sugere ao Insigne Plenário que conheça a consulta formulada pelo Sr. Jairo Afonso Henkes para respondê-la nos termos abaixo:

- a contratação do SEBRAE é dispensada da realização de licitação por satisfazer, a entidade, os pressupostos do art.24, XIII da Lei Federal Nº 8.666/93.

É o parecer, S.M.J.
COG., em 25/11/93

MARCELO BRONZONI DA COSTA
Analista de Controle Externo

CONSULTORIA GERAL
FLS. 47
RUBRICA
PREF. M. CB - TC
PROC. nº 72
FLS nº 86
Ass:

PROCESSO Nº : C-21675/30

DE ACORDO.

À consideração do Exmo. Sr. Auditor Relator.

COG., em 26/11/93.

CLARICE STAHL
Supervisora, em exercício

P.S.

ESTADO DE SANTA CATARINA
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
CONSULTORIA GERAL

PREF. M. CB - TC
PROC. nº 72
FLS nº 87
Ass:

CONSULTORIA GERAL
28 FLS.
RUBRICA

PROCESSO Nº: C-91675/30

À elevada consideração do Exmo. Sr. Relator, ouvido, preliminarmente, o Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.
COG., em 26/11/93.

CLARICE STAHL
Supervisora, em exercício.

MINISTÉRIO PÚBLICO - PROCURADOR:
Parecer Esta Procuradoria acompanha o entendimento firmado pela Consultoria Geral, em seu parecer de fls.03 a 07 dos autos.
É o entendimento, smj.

PG/TC, 1 de dezembro de 1993.

PROCURADOR

RELATOR:
[X] À Pauta [ ] Em Diligência

GC, de de 19

DECISÃO: O Tribunal decidiu

DIDEC, de de 19

PRESIDENTE

RELATOR

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 88
Ass:

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS

RESOLUÇÃO Nº 774/2021-PLENO

1. Processo nº:	5096/2021
2.	**3.**CONSULTA
Classe/Assunto:	**5.**CONSULTA - SOBRE A POSSIBILIDADE DE CONTRATAÇÃO DO SEBRAE PELA ADM. PÚBLICA MUNICIPAL P/ PRESTAR SERVIÇOS LIGADOS AO DESENVOLVIMENTO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS COM DISPENSA DE LICITAÇÃO, COM AMPARO NAS DISPOSIÇÕES DO ARTIGO 24, INCISO XIII, DA LEI Nº 8.666/93
3. Responsável(eis):	JOAO MARTINS NETO - CPF: 59784156172
4. Interessado(s):	NAO INFORMADO
Origem:	PREFEITURA MUNICIPAL DE MATEIROS
6. Relator:	Conselheira DORIS DE MIRANDA COUTINHO
7. Distribuição:	5ª RELATORIA
8. Representante do MPC:	Procurador(a) OZIEL PEREIRA DOS SANTOS

EMENTA: ADMINISTRATIVO. CONSULTA. ANÁLISE DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO. CONHECIMENTO. RESPONDER A CONSULTA.
I. Observados os pressupostos legais consignados no inciso XIII do art. 27, bem assim o procedimento prévio de justificação constante do art. 26, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, exsurge possível a contratação direta, por dispensa de licitação, dos Serviços Sociais Autônomos, gênero do qual o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE é espécie, para prestação de serviços ligados ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas.
II. A dispensa licitatória consignada no inciso VIII do art. 24 da Lei de Licitações, aventada pelo consulente, ao pressupor, para sua aplicação, cumulativamente (conjunção "e"), que o órgão ou entidade a ser contratado para o fornecimento de bens ou para a prestação de serviços integre a Administração Pública e tenha sido criado para atender exclusivamente esse fim específico em data anterior à Lei nº 8666/93, revela-se inapta a amparar a contratação do SEBRAE, haja vista constituir entidade apartada da estrutura da Administração Pública, nos termos do art. 4º, incisos I e II, do Decreto-Lei nº 200/67.
III. Deve consubstanciar o planejamento da administração pública a possibilidade de instrumentalização do vínculo com os Serviços Sociais Autônomos, dos quais o SEBRAE é exemplo, por intermédio de Acordo de Cooperação Técnica, para execução de objetivo comum, em regime de mútua cooperação, de sorte que a opção por este ou outros modelos de formação do vínculo com a Administração dever vir acompanhado de justificativas que evidenciem a eficiência e economicidade da medida.
IV. Nada obstante a possibilidade, em abstrato, da contratação por dispensa do SEBRAE, impera observar, em concreto, a redação da Súmula TCU 250, no sentido de que a contratação de instituição sem fins lucrativos, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, somente é admitida nas hipóteses em que houver nexo efetivo entre o mencionado dispositivo, a natureza da instituição e o objeto contratado, além de comprovada com os preços de mercado.

9. Decisão:

VISTOS, relatados e discutidos esses autos de consulta direcionada a esta Corte de Contas pelo senhor João Martins Neto, prefeito de Mateiros, objetivando dirimir dúvida concernente à aplicabilidade do inciso XIII do art. 24 da Lei nº 8.666/93, notadamente no que tange à viabilidade de contratação direta do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, enquanto *prestador de serviço público*, com amparo neste dispositivo legal. Destarte, formulou os seguintes quesitos, para cuja resposta se presta a presente consulta:

a) É possível a contratação do SEBRAE pela administração pública municipal para prestar serviços ligados ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas com dispensa de licitação, com amparo nas disposições do art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93?

b) Em caso afirmativo, além do citado dispositivo, haveria outro fundamento legal para a contratação do SEBRAE pela administração pública municipal?

PREF. M. CB - TO
FLS nº 89

Considerando que foram preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos no artigo 1º, XIX, da Lei nº 1.284/2001 e no artigo 150, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas para o conhecimento desta Consulta;

Considerando que é da competência deste Tribunal decidir sobre consulta que lhe seja formulada sobre matéria de sua competência, conforme artigo 1º, inciso XIX, da Lei nº 1.284/2001;

RESOLVEM, os membros do Egrégio Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, reunidos em sessão Plenária, diante das razões expostas pela Relatora e com fundamento no art. 1º, XIX, da Lei Estadual nº 1.284/2001 c/c o artigo 150, § 1º, II, alínea 'a' do Regimento Interno deste Tribunal, em:

9.1. Conhecer da presente consulta, por preencher os pressupostos legais de admissibilidade delimitados no art. 150 e seguintes do Regimento Interno deste tribunal, para assim respondê-la em tese e com caráter normativo:

> a) observados os pressupostos legais consignados no inciso XIII do art. 24, bem assim o procedimento prévio de justificação constante do art. 26, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, exsurge possível a contratação direta, por dispensa de licitação, dos Serviços Sociais Autônomos, gênero do qual o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE é espécie, para prestação de serviços ligados ao desenvolvimento de micro e pequenas empresas.
>
> b) a dispensa licitatória consignada no inciso VIII do art. 24 da Lei de Licitações, aventada pelo consulente, ao pressupor, para sua aplicação, cumulativamente (conjunção "e"), que o órgão ou entidade a ser contratado para o fornecimento de bens ou para a prestação de serviços integre a Administração Pública e tenha sido criado para atender exclusivamente esse fim específico em data anterior à Lei nº 8666/93, revela-se inapta a amparar a contratação do SEBRAE, haja vista constituir entidade apartada da estrutura da Administração Pública, nos termos do art. 4º, incisos I e II, do Decreto-Lei nº 200/67.
>
> c) deve consubstanciar o planejamento da administração pública a possibilidade de instrumentalização do vínculo com os Serviços Sociais Autônomos, dos quais o SEBRAE é exemplo, por intermédio de Acordo de Cooperação Técnica, para execução de objetivo comum, em regime de mútua cooperação, de sorte que a opção por este ou outros modelos de formação do vínculo com a Administração dever vir acompanhado de justificativas que evidenciem a eficiência e economicidade da medida.

9.2. Advertir, em adição, que nada obstante a possibilidade, em abstrato, da contratação por dispensa do SEBRAE, impera observar, em concreto, a redação da Súmula TCU 250, no sentido de que a contratação de instituição sem fins lucrativos, com dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, inciso XIII, da Lei nº 8.666/93, somente é admitida nas hipóteses em que houver nexo efetivo entre o mencionado dispositivo, a natureza da instituição e o objeto contratado, além de comprovada a compatibilidade com os preços de mercado.

9.3. Determinar a publicação da decisão no Boletim Oficial do Tribunal de Contas para que surta os efeitos legais necessários.

9.4. Após o trânsito em julgado, encaminhe-se os presentes autos à Diretoria-Geral de Controle Externo para as anotações necessárias e ciência aos demais setores vinculados, seguindo-se à Coordenadoria de Protocolo-Geral – COPRO para que proceda ao devido arquivamento.

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, Sala das Sessões, em Palmas, Capital do Estado, aos dias 01 do mês de setembro de 2021 .

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 90
Assª:

e-contas assinatura eletrônica

Documento assinado eletronicamente por:

NAPOLEAO DE SOUZA LUZ SOBRINHO, PRESIDENTE (A), em 02/09/2021 às 08:55:20, conforme art. 18, da Instrução Normativa TCE/TO Nº 01/2012.

DORIS DE MIRANDA COUTINHO, RELATOR (A), em 01/09/2021 às 16:25:07, conforme art. 18, da Instrução Normativa TCE/TO Nº 01/2012.

JOSE ROBERTO TORRES GOMES, PROCURADOR (A) GERAL DE CONTAS, em 01/09/2021 às 18:23:26, conforme art. 18, da Instrução Normativa TCE/TO Nº 01/2012.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://www.tce.to.gov.br/valida/econtas informando o código verificador **153823** e o código CRC 2B0DAFD

Av. Joaquim Teotônio Segurado, 102 Norte, Cj. 01, Lts 01 e 02 - Caixa postal 06 - Plano Diretor Norte - Cep: 77.006-002. Palmas-TO. Fone:(63) 3232-5800 - e-mail tce@tce.to.gov.br

PREF. M. CB - TO
PROC. nº
FLS nº 91
Ass:



2023

FORTALECIMENTO DO TURISMO DE ITAGUATINS

SEBRAE

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 90
Ass:

SEBRAE

Presidente do Conselho Deliberativo do SEBRAE/TO
Paulo Carneiro

Diretor Superintendente do SEBRAE/TO
Rérison Antônio Castro Leite

Diretor Técnico do SEBRAE/TO
Rogério Ramos de Souza

Diretor Administrativo Financeiro do SEBRAE/TO
Jarbas Luis Meurer

Regional Bico do Papagaio

Gerente
André Luiz Naves Rocha

Analista
Edvaldo Pereira Lima Junior

PREF. M. CS - TO
PROC. nº 72
FLS nº 93
Ass:

PROPOSTA

O Projeto em parceria com a Prefeitura Municipal é focado na qualificação dos empreendedores que irão expor seus produtos/serviços nas praias Tio Claro e Remanso dos Botos em Itaguatins/TO, durante o período veraneio de 2023. O Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Tocantins (SEBRAE/TO) quer ampliar a competitividade dos pequenos negócios da cadeia produtiva do turismo que atuam na orla da cidade, tornando a atividade mais atrativa e com maior valor agregado para os produtos e serviços destinados aos turistas e moradores locais.

PUBLICO ALVO

Esta ação prevê o atendimento a 16 empresas locais e regionais, com um público-alvo de aproximadamente de 2 mil pessoas por final de semana durante o período veraneio.

OBJETIVO

Realizar Ações para o fortalecimento do Turismo de Itaguatins, o objetivo é capacitar, qualificar esses empreendedores e fazer a interlocução deles com hotéis, pousadas, restaurantes e agências de turismo, com a finalidade de integrar toda a cadeia produtiva do turismo que está na orla e no entorno e, automaticamente, aprimorar a experiência turística, qualificando a imagem da cidade de Itaguatins como destino de sol e praia.

As ações propostas para fortalecer a cadeia produtiva do turismo e a economia da praia envolvem políticas públicas, capacitação empresarial, associativismo, acesso a mercado, promoção da praia, sustentabilidade, incluindo a acessibilidade.

O SEBRAE – Regional RBP tem a previsão de realizar junto aos empresários (participantes do festival), que estarão comercializando seus produtos e serviços durante o evento, ações de capacitações (cursos), consultorias, palestras, comunicação e marketing, proporcionando novos conhecimentos e oportunidades para esses empreendedores, tendo um horizonte com resultados positivos para os visitantes, bem como, o fomento da economia no Município, tendo como parceiro a Prefeitura Municipal de Itaguatins – TO.

JUSTIFICATIVA

Justificamos a realização de ações de capacitação e acesso a mercados para o desenvolvimento do turismo na cidade de Itaguatins do Tocantins, com o objetivo de seguir o proposto na missão do Sebrae "Promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e estimular o empreendedorismo", no que diz respeito ao fomento a competitividade. O Sebrae, como promotor do desenvolvimento, tem um papel fundamental em preparar e tornar ambiente favorável as empresas quanto a melhoria da competitividade no atual cenário econômico. Esta estratégia tem como objetivo contribuir com a movimentação econômica da cidade, além de fomentar e fortalecer a economia local por meio do turismo de sol e praia.

PREF. M. CB - TO.
PROC. nº 72
FLS nº 94
Assª:

Dentre as ações que antecedem o Período veraneio de Itaguatins, haverá capacitações, consultorias, palestras, comunicação visual e marketing de divulgação das ações e atrações. Com isso espera-se que seja plantada uma cultura empreendedora na classe empresarial e moradores da cidade, promovendo o potencial turístico do município, corroborando as ações e promovendo o trade de atrações que a cidade possui.

Para que esse conjunto de ações aconteçam a fim do fortalecimento do turismo local, teremos como parceiro principal a Prefeitura Municipal de Itaguatins que fará o investimento de R$ 56.136,00 (Cinquenta e seis mil e cento e trinta seis reais) de contrapartida que representa 50% da despesa. Está ação está prevista no Projeto: Cidade Empreendedora - TO - REGIÃO BICO DO PAPAGAIO na Ação: Marketing Territorial e Setores Econômicos.

Por fim, importante destacar que a missão do SEBRAE consiste em promover a competitividade e o desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios e fomentar o empreendedorismo, visando assim fortalecer a economia nacional. Neste sentido, o fortalecimento da economia nacional é impulsionado pelo incentivo aos pequenos negócios. Dessa maneira, o SEBRAE/TO fomenta este cenário através do desenvolvimento dos pequenos negócios quando realiza as licitações presencialmente nas regionais/cidades onde a prestação do serviço será realizada, no caso em tela, na cidade Itaguatins do Tocantins.

PROGRAMAÇÃO – PERIODO VERANEIO 2023 (ITAGUATINS)

A previsão do início do período veraneio é no dia 01 de julho de 2023, quando as praias do Tio Claro e Remanso do Botos serão abertas ao público, com toda estrutura disponibilizada pela Prefeitura de Itaguatins, para oferecer segurança aos banhistas, padronização das barracas e atendimento de qualidade aos turistas.

O período veraneio será de **01 de julho a 31 de agosto de 2023**, na cidade de Itaguatins/TO, na solenidade de abertura da temporada de praia no dia 01 de julho, haverá a presença dos formadores de opinião, imprensa, fornecedores, principais autoridades locais e estaduais e representantes de diversos setores produtivos. Trata-se de uma oportunidade para os expositores (Barraqueiros) mostrarem às empresas e instituições que eles fazem a diferença em seu ambiente, apresentando a população em geral, seus produtos e serviços voltados para os segmentos culinário, turismo e empreendedorismo local durante a temporada.

PROGRAMAÇÃO:

- Solenidade Oficial

Data: 01 de julho de 2023 (sábado)
Horário: 16h
Local: Praia Tio Claro e Remanso
Cidade: Itaguatins/TO
Atividade: Feira/Exposição

PREF. M. CS - TO
PROC. nº 72
FLS nº 95
Ass:

- Palestras – Realizaremos uma palestra para arregimentação e mobilização dos barraqueiros (Expositores da Praia), com o tema sobre "Boas Práticas em atividades de alimentação";
- Exposição de Produtos e Serviços do segmento culinário, turismo e do empreendedorismo local;
- Pequenos negócios de Itaguatins e região irão expor e apresentar seus produtos e serviços para a sociedade durante o período veraneio;
- Atrações Culturais – Apresentais culturais com o objetivo de fortalecer a cultura local.

- **Quantidade de Expositores**

16 expositores – Entre microempreendedores individuais, microempresa, empresa de pequeno porte, e potenciais empreendedores.

CAPACITAÇÕES E CONSULTORIAS

A realização de ações de capacitação e acesso a mercados, tem como proposito qualificar e promover o destino turístico, para assim o consolidar como um destino nacional e até internacional, com isso gerar cada vez mais emprego e renda para município, evitando assim que os pequenos negócios sejam "engolidos" por empreendimentos de fora que possa se instalar no município.

A proposta é de qualificar e oportunizar acesso a mercados aos que já empreendem, melhorando assim a qualidade seus produtos ou serviço, bem como despertar o empreendedorismo em pessoas que tem um potencial, mas que ainda não iniciaram um comercial, gerando assim novos negócios no município e consequentemente emprego e renda. Antes do Início do Evento os Empresários Participantes cerca de 16 Pequenos Negócios (Entre MEI, ME E EPP) serão capacitados com as seguintes soluções:

1- Palestra sobre como recepcionar os turistas;
1- Oficina de Atendimento ao Cliente;
1- CURSO - A arte da Coquetelaria - Aumente as suas vendas e conquiste mais clientes;
1- Oficina de Boas Práticas Na Manipulação de Alimentos, Mais Uma Consultoria de uma Hora para cada participante.

Objetivos Específicos:

- Capacitar os pequenos empresários, gestão e melhorias dos serviços e produtos do setor de turismo;
- Despertar a cultura empreendedora para geração de emprego e renda na cidade;
- Qualificar e melhor a qualidade de serviço e produtos ofertados ao cliente;
- Valorizar e fortalecer o turismo, a gastronomia, o artesanato e cultura local;

PREF. M. CB - TC. 72
PROC. nº
FLS nº 96
Ass:

- Incentivar o desenvolvimento do turismo local;
- Estimular o cooperativismo e fortalecer o conselho municipal de turismo.

ACOMPANHAMENTO POS FEIRA

Após a realização do evento os empresários serão orientados através de uma palestra sobre orientação ao crédito.

- Palestra de orientação ao crédito.

➢ Vínculo ao Foco Estratégico do Sebrae:

- Contribuir para o desenvolvimento do turismo da região por meio de ações de melhoria de desempenho do empresário e suas empresas;

- Fomentar o ambiente empreendedor e qualificar os pequenos negócios para acessar o mercado nacional.

RESULTADOS ESPERADOS

- 15.000 Participantes durante o período veraneio;
- Aquecer a Economia Local;
- Fomentar a Circulação da moeda;
- Estimular o Consumo;
- Promover a liquidez dos barraqueiros participantes através da prestação de serviços e comercio de alimentos e bebidas.

RESULTADOS ESPERADOS PARA PARCEIROS

- Divulgação da marca;
- Prospecção de novos mercados;
- Acesso a potenciais clientes;
- Demonstração de produtos e serviços.

COMUNICAÇÃO E MARKETING

- Mídia espontanea;
- Fortalecer a Marca do SEBRAE;
- Faixas;
- Pórtico de entrada;
- Testeiras em lona, instaladas em metalon;
- Camisetas;
- Windbanner's;
- Back drop com metalon;
- Folder digital para divulgação via redes sociais.

ORÇAMENTO ESTIMADO

PREF. M. CS - TO
PROC. nº 72
FLS nº 97
Assis:

Previsão de despesas - CIDADE EMPREENDEDORA (ITAGUATINS)

AÇÕES - FORTALECIMENTO DO TURISMO			
Quantidade	**Descrição**	**Valor Un**	**Valor total**
1	Back drop com metalon, medindo 3mtx2,5mt	R$ 800,00	R$ 800,00
3	Capacitações para os expositores (3 capacitações)	R$ 8.000,00	R$ 24.000,00
2	Impressão em lonas com Ilhos 10x1,5	R$ 2.000,00	R$ 4.000,00
20	Wind banners	R$ 450,00	R$ 9.000,00
20	Faixas em lona(tecido), medindo 3mtX0,60	R$ 150,00	R$ 3.000,00
1	Portico para entrada da cidade impressão em lona com Ilhos, instalada em Ground, medindo 10mtx1,2mt	R$ 900,00	R$ 900,00
2	Portico: Impressão em lonas para laterais da entrada do evento, medindo 3x2, instalada em Ground.	R$ 900,00	R$ 1.800,00
1	Portico: Para entrada do evento, Impressão em lona mendindo 10mtX1,5mt, instalada em Groud	R$ 1.200,00	R$ 1.200,00
2	Ground para instalação de lonas (Pórtico de Entrada)	R$ 5.000,00	R$ 10.000,00
1	Cobertura fotográfica e filmagens com drone, para 3 dias de evento	R$ 6.000,00	R$ 6.000,00
100	Camisetas	R$ 40,00	R$ 4.000,00
15	Testeiras: Impressão em lona medindo 3mtx60cm, instaladas em metalon.	R$ 420,00	R$ 6.300,00
1	Contratação de serviço de produção do Vídeo Repercussão do Evento abertura do Periodo Veraneio 2023	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
1	Outras Despesas	R$ 4.000,00	R$ 4.000,00
TOTAL			**R$ 78.000,00**

PACOTE BÁSICO DE AÇÕES CIDADE EMPREENDEDORA			
Quantidade	**Descrição**	**Valor Un**	**Valor total**
1	**Eixo Gestão Municipal**	R$ 19.296,00	R$ 19.296,00
1	**Eixo Lideranças Locais**	R$ 4.050,00	R$ 4.320,00

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 98
Assi:

1	**Eixo Sala do Empreendedor**	R$ 4.608,00	R$ 4.608,00
1	**Eixo Educação Empreendedora**	R$ -	R$ -
1	**Eixo Compras Governamentais**	R$ 5.472,00	R$ 6.048,00
	TOTAL		**R$ 34.272,00**

VALOR TOTAL DA PARCERIA	**R$ 112.272,00**

RECURSOS ESPERADOS

Entidade	Valor financeiro investido	
SEBRAE -TO		56.136,00
Prefeitura Municipal de Itaguatins		56.136,00
Total		**112.272,00**

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para pagamentos das obrigações originadas deste projeto serão alocados no projeto:

Projeto: Cidade Empreendedora - TO - REGIÃO BICO DO PAPAGAIO

Ação: Marketing Territorial e Setores Econômicos

Fonte: CSN

Contrapartida: 50% do total dos custos pago pelo Parceiro.

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELO PROJETO

Nome	Cargo	E-mail / Telefone
André Luiz Naves Rocha	Gerente - Regional Bico do Papagaio	andre.rocha@to.sebrae.com.br (63) 99690042 (63) 3474-1144
Edvaldo Pereira Lima Júnior	Analista – Gestor de Políticas Publicas	edvaldo.lima@to.sebrae.com.br (63) 99968-4255 (63) 3474-1144

SEBRAE

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 99
Ass:

TERMO DE POSSE

Pelo presente instrumento, o Senhor JARBAS LUIS MEURER é investido nas funções de Diretor- Administrativo e Financeiro do SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE-TO, eleito para o quadriênio 2023-2026, encerrando-se o mandato em 31 de dezembro de 2026, assumindo publicamente o compromisso de exercer fielmente as suas funções.

O presente Termo é assinado pelo empossado e pelo Presidente do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE-TO.

Palmas, 02 de janeiro de 2023.

JARBAS LUIS MEURER
Diretor- Administrativo e Financeiro do SEBRAE-TO

PAULO CARNEIRO
Presidente do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE-UF

SEBRAE

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 100
Ass:

TERMO DE POSSE

Pelo presente instrumento, o Senhor RÉRISON ANTÔNIO CASTRO LEITE é investido nas funções de Diretor-Superintendente do SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE-TO, eleito para o quadriênio 2023-2026, encerrando-se o mandato em 31 de dezembro de 2026, assumindo publicamente o compromisso de exercer fielmente as suas funções.

O presente Termo é assinado pelo empossado e pelo Presidente do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE-TO.

Palmas, 02 de janeiro de 2023.

RÉRISON ANTÔNIO CASTRO LEITE
Diretor-Superintendente do SEBRAE-TO

PAULO CARNEIRO
Presidente do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE-TO

MOROMIZATO 敦
Cartório e Tabelionato de Protesto
OFICIAL / TABELIÃO
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E TABELIONATO DE PROTESTOS DE PALMAS - TO
TELEFAX: (63): 3215-9900

SELO DIGITAL 127035AAD529135-JYE
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS - Livro A
Protocolado sob o nº63091, averbado sob nº AV-247
registrado sob o nº15. Dou fé. Palmas-TO 05/01/2023.
T.F.J. R$7,44 Emol R$12,65 ISS R$0,76 Protocolo R$3,66
FUNCIVIL R$12,28 Pag.Ext. R$0,00 Fd. Eletronização R$2,46
Outros R$0,20 Total R$39,45

Adriano Moromizato

Consulte o selo em http://corregedoria.tjto.jus.br
VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL
QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADO COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE

Cássia/Tabelião

CRTDPJ-Palmas 05/01/2023 P63091A Pag. 1/1

SEBRAE

PREF. M. CB - TO
PROC. nº 72
FLS nº 101
Ass:

TERMO DE POSSE

Pelo presente instrumento, o Senhor ROGÉRIO RAMOS DE SOUZA é investido nas funções de Diretor- Técnico do SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – SEBRAE-TO, eleito para o quadriênio 2023-2026, encerrando-se o mandato em 31 de dezembro de 2026, assumindo publicamente o compromisso de exercer fielmente as suas funções.

O presente Termo é assinado pelo empossado e pelo Presidente do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE-TO.

Palmas, 02 de janeiro de 2023.

ROGÉRIO RAMOS DE SOUZA
Diretor - Técnico do SEBRAE-TO

PAULO CARNEIRO
Presidente do Conselho Deliberativo Estadual do SEBRAE-TO

MOROMIZATO 敦
Cartório e Tabelionato de Protesto
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS
E TABELIONATO DE PROTESTOS DE PALMAS - TO
OFICIAL / TABELIÃO
TELEFAX: (63): 3215-9900

SELO DIGITAL 127035AAD529136 – RFK
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURIDICAS – Livro A
Protocolado sob o nº63092, averbado sob nº AV-248
registrado sob o nº15. Dou fº. Palmas-TO 05/01/2023.
T.F.J. R$7,44 Emol R$12,65 ISS R$0,76 Protocolo R$3,66
FUNCIVIL R$12,28 Pag.Ext. R$0,00 Fd. Eletronização R$2,46
Outros R$0,20 Total R$39,45

Adriano Moromizato

Consulte o selo em http://corregedoria.tjto.jus.br
VÁLIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL
QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADO COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO DO SELO

Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, Títulos e Documentos e Tabelionato de Protesto
Cível/Tabelião

CRTDPJ-Palmas 05/01/2023 P63092A Pag. 1/1